

# Faculdade Dom Adelio Tomasin - FADAT Curso de Graduação em Direito

## BRUNO VIEIRA DA SILVA

CONVERGÊNCIA INTERNACIONAL DA *AI ACT* EUROPEIA E OS POSSÍVEIS REFLEXOS NO ESTADO CONSTITUCIONAL CONTEMPORÂNEO BRASILEIRO

## QUIXADÁ 2024

**BRUNO VIEIRA DA SILVA**

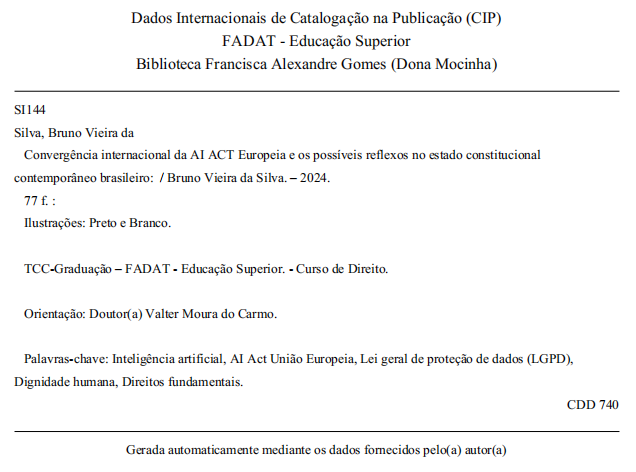
CONVERGÊNCIA INTERNACIONAL DA *AI ACT* EUROPEIA E OS POSSÍVEIS REFLEXOS NO ESTADO CONSTITUCIONAL

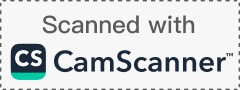
CONTEMPORÂNEO BRASILEIRO

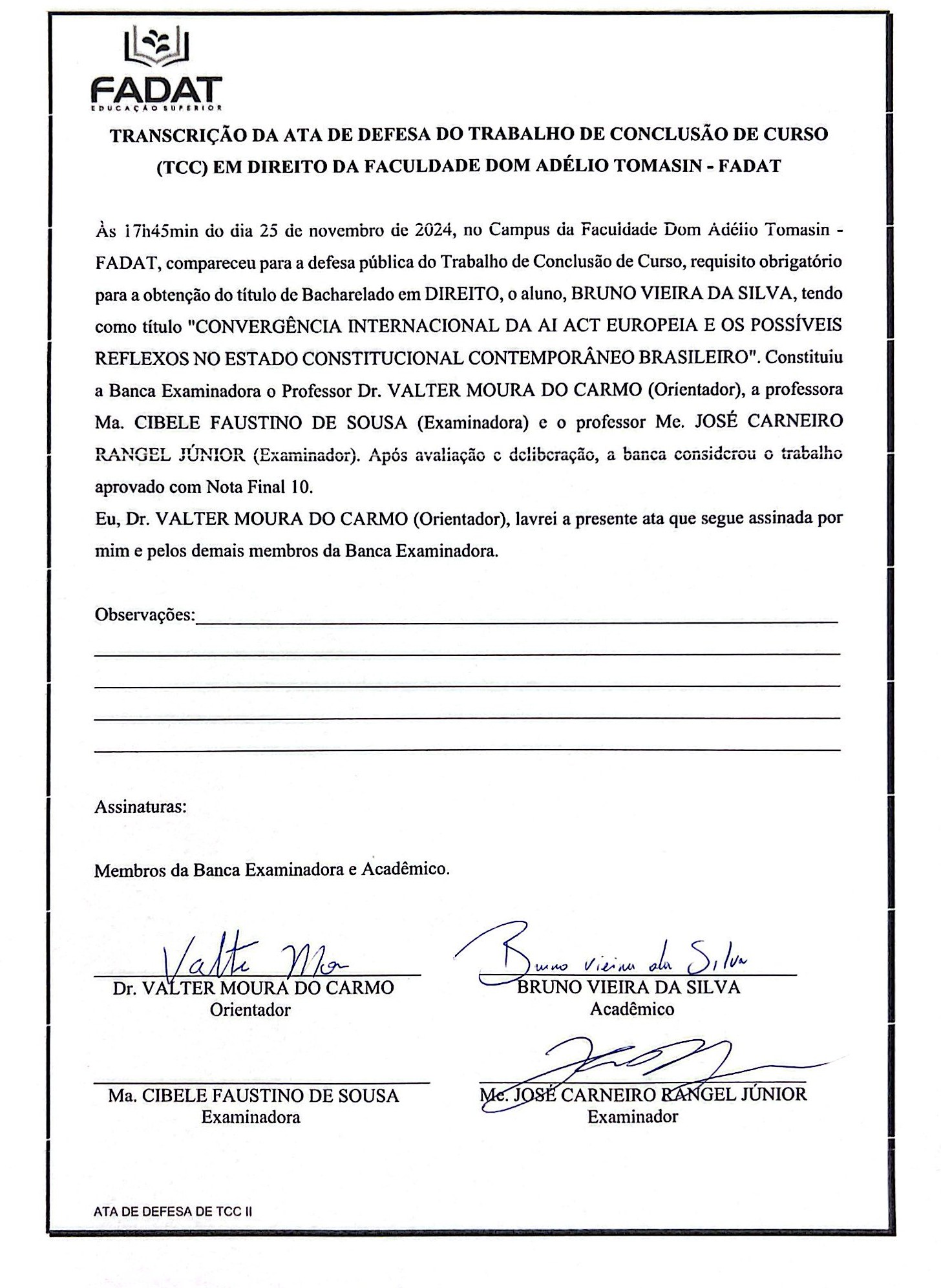
Monografia apresentada como requisito para aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II e conclusão do Curso de Direito da Faculdade Dom Adelio Tomasin - FADAT.

Orientador: Prof. Dr. Valter Moura do Carmo.

QUIXADÁ 2024

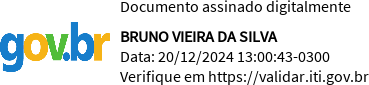


[](https://v3.camscanner.com/user/download)

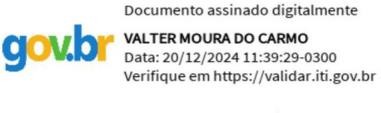


# DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

A Faculdade Dom Adelio Tomasin - FADAT, na representação do Curso de Direito e seus docentes, declaram isenção de responsabilidade por produções incompatíveis com as normas metodológicas e científicas, bem como obras com similaridades parciais, totais ou conceituais; sendo de responsabilidade do aluno a produção e qualidade de produção, bem como veracidade, verossimilhança e confiabilidade dos dados apresentados no trabalho.



Bruno Vieira Da Silva



Prof. Dr. Valter Moura do Carmo



Coordenador de Curso

# DEDICATÓRIAS

Dedico este trabalho, acima de tudo, à minha família, que é a base de tudo que sou e do que conquistei. Aos meus pais, por seu amor incondicional, pelo exemplo de força e resiliência, e por sempre acreditarem em mim, mesmo nos momentos em que eu duvidei de mim mesmo. Vocês são minha maior inspiração e razão.

Aos meus irmãos, que com palavras de encorajamento e gestos de apoio tornaram cada etapa deste percurso mais leve e significativa. Vocês.

Aos amigos verdadeiros que nunca mediram esforços para me apoiar, oferecendo conselhos, apoio emocional e, muitas vezes, apenas o silêncio companheiro que eu tanto preciso.

Este trabalho também é aos professores e orientadores, que foram luz no meu caminho, compartilhando conhecimento, orientando minhas reflexões e me incentivando a buscar sempre mais. Seu impacto em minha vida transcende as barreiras.

E, por fim, dedico este trabalho aqueles que acreditam no poder do esforço e da determinação, aqueles que lutam por seus sonhos e aos que nunca desistem, independentemente dos desafios. Que este trabalho seja um tributo à importância da educação e ao compromisso

# AGRADECIMENTOS

Este trabalho representa o esforço conjunto de muito esforço e dedicação ao longo desta jornada. Agradeço, primeiramente, a Deus, pela força, saúde e sabedoria que me guiaram em cada etapa deste percurso.

Por fim, agradeço a todos aqueles que, direta ou indiretamente, descobriram para que esta jornada fosse possível. Cada gesto, por menor que pareça, teve um impacto significativo na realização deste trabalho.

*“A justiça é a primeira virtude das instituições sociais, assim como a*

*verdade é dos sistemas de pensamento.”*

John

*"As leis confidenciais não podem garantir a liberdade de expressão; para que cada homem apresente suas opiniões sem ser punido, é necessário que uma estrutura da sociedade o apoie."*

Albert Einstein

*"O uso da tecnologia no Direito deve ser uma extensão da ética humana, jamais um substituto para a consciência."*

Valter Moura do Carmo e Jefferson Germinari

# RESUMO

A presente pesquisa aborda a crescente integração da Inteligência Artificial (IA) em múltiplas esferas do cotidiano, explorando seu papel transformador e os desafios regulatórios que emergem desse contexto. O objetivo principal é investigar como as regulamentações propostas pelo AI Act da União Europeia podem servir como referência para o desenvolvimento de uma estrutura normativa eficaz no Brasil, respeitando suas especificidades constitucionais e sociais.

A metodologia adotada para a análise das diretrizes do AI Act em relação ao contexto jurídico brasileiro combina análise documental e pesquisa qualitativa. Primeiramente, as fontes consultadas, como textos legislativos, diretrizes internacionais e literatura acadêmica, são selecionadas com base em sua relevância para o tema. A análise documental envolve uma leitura crítica, onde se identificam temas recorrentes e se realiza uma comparação entre as diretrizes do AI Act e normativas brasileiras, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A pesquisa busca mapear as convergências e divergências entre as normativas europeias e as realidades locais, com foco na proteção dos direitos fundamentais e na prevenção de riscos associados à aplicação de IA. Não obstante, o estudo pretende contribuir para o debate sobre a regulação da IA no Brasil, oferecendo subsídios para políticas públicas que se alinhem às melhores práticas internacionais. Ao identificar as lacunas e os riscos, a pesquisa busca fomentar um diálogo que respeite a dignidade humana e os direitos fundamentais em um cenário de inovação tecnológica.

# ABSTRACT

This research addresses the growing integration of Artificial Intelligence (AI) in multiple spheres of everyday life, exploring its transformative role and the regulatory challenges that emerge from this context. The main objective is to investigate how the regulations proposed by the European Union's AI Act can serve as a reference for the development of an effective regulatory structure in Brazil, respecting its constitutional and social specificities. The methodology adopted to analyze the AI Act guidelines in relation to the Brazilian legal context combines documentary analysis and qualitative research. Firstly, the sources consulted, such as legislative texts, international guidelines and academic literature, are selected based on their relevance to the topic. Document analysis involves a critical reading, where recurring themes are identified and a comparison is made between the AI Act guidelines and Brazilian regulations, such as the General Data Protection Law (LGPD). The research seeks to map the convergences and divergences between European regulations and local realities, focusing on the protection of fundamental rights and the prevention of risks associated with the application of AI. Nevertheless, the study intends to contribute to the debate on the regulation of AI in Brazil, offering subsidies for public policies that align with best international practices. By identifying gaps and risks, the research seeks to foster a dialogue that respects human dignity and fundamental rights in a scenario of technological innovation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO ....................................................................................................................... 20

1. **A REGULAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA UNIÃO EUROPEIA: CONTEXTO E OBJETIVOS DA AI ACT** ........................................................................... 23
   1. [A ASCENSÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A NECESSIDADE DE](#_bookmark0) [REGULAÇÃO 27](#_bookmark0)
   2. A ESTRUTURA JURÍDICA DA AI ACT EUROPEIA: PRINCÍPIOS E NORMAS GERAIS .................................................................................................................................. 30
   3. [IMPACTOS GLOBAIS DA REGULAÇÃO EUROPEIA: PADRÕES E](#_bookmark1) [INFLUÊNCIAS INTERNACIONAIS 31](#_bookmark1)
2. REFLEXOS DA CONVERGÊNCIA REGULADORA: O AI ACT E O ESTADO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO ................................................................................... 36
   1. O PRINCÍPIO DA SOBERANIA E A IMPORTAÇÃO DE NORMAS ESTRANGEIRAS .................................................................................................................. 39
   2. [A INFLUÊNCIA DA AI ACT EUROPEIA NO DIREITO BRASILEIRO:](#_bookmark2) [DESAFIOS CONSTITUCIONAIS](#_bookmark2)

. 41

* 1. **DIREITOS FUNDAMENTAIS E A PROTEÇÃO CONTRA RISCOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL** ..................................................................... 43

## PERSPECTIVAS PARA O FUTURO: A CONSTRUÇÃO DE UMA REGULAÇÃO

**BRASILEIRA PARA A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL** ................................................... 46

* 1. **ADAPTAÇÃO CONSTITUCIONAL BRASILEIRA ÀS NORMAS INTERNACIONAIS SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL** ........................................ 48
  2. **PROPOSTAS LEGISLATIVAS E INICIATIVAS GOVERNAMENTAIS NO BRASIL: O PAPEL DA GOVERNANÇA DIGITAL** .......................................................... 53
  3. **CENÁRIOS FUTUROS: POSSÍVEIS IMPACTOS NO JUDICIÁRIO E NOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO BRASIL** ...................................................................... 56

CONCLUSÃO ......................................................................................................................... 69

REFERÊNCIAS 72

INTRODUÇÃO

A Inteligência Artificial (IA) emergiu como uma das inovações tecnológicas mais transformadoras do século XXI, impactando significativamente diversas esferas da vida social, econômica e jurídica. Seu crescimento exponencial não se limita apenas à simples automação de processos; ele se estende à redefinição de relações de poder, à criação de novos modelos de negócios e à otimização de serviços públicos e privados.

À medida que a IA se torna cada vez mais integrada ao cotidiano, surgem tanto oportunidades promissoras quanto desafios complexos, que exigem reflexão e ação regulatória. Esse contexto multidimensional exige um arcabouço regulatório robusto que não apenas promova o avanço da inovação, mas também proteja os direitos fundamentais dos cidadãos, assegurando que as aplicações da tecnologia sejam executadas de forma ética e responsável.

Nesse cenário, a União Europeia (UE) se destaca como líder na discussão sobre a governança da IA propondo uma abordagem abrangente por meio da legislação do AI Act. Essa regulamentação tem como objetivo estabelecer diretrizes claras e princípios para a implementação e o uso da IA nas jurisdições que integra. Com um enfoque que busca

equilibrar inovação e proteção dos direitos humanos, a UE se propõe a criar um modelo que pode servir de modelo para outros países, incluindo o Brasil.

O problema central que fundamenta esta pesquisa reside na investigação de como as regulamentações europeias, especialmente o AI Act, podem servir como referência para a construção de uma estrutura normativa eficaz no Brasil, levando em consideração seus desafios e peculiaridades constitucionais e sociais.

A convergência entre as normas europeias e a legislação brasileira é complexa, e a pesquisa se propõe a explorar não apenas a adaptação das regulamentações, mas também as resistências e as oportunidades que essa interação pode gerar no Brasil.

Neste sentido, a investigação se propõe a analisar a dinâmica entre os preceitos estabelecidos pelo AI Act e a necessidade de adequação às realidades brasileiras, com um foco especial na proteção dos direitos dos cidadãos frente aos riscos emergentes que a tecnologia apresenta.

No panorama atual, onde a IA pode influenciar tudo, desde a privacidade dos dados até o funcionamento do sistema judiciário, entender como essas legislações podem interagir é um passo crucial para garantir que os avanços tecnológicos não sejam acompanhados pelo comprometimento de direitos fundamentais.

O objetivo geral deste trabalho, portanto, é examinar a regulação da IA na União Europeia e suas repercussões no âmbito jurídico brasileiro, promovendo um entendimento mais profundo sobre a possibilidade de integração da normativa internacional ao sistema legal do Brasil. Para cumprir essa meta, define-se um conjunto de objetivos específicos que se articula com a organização dos capítulos que se seguem nesta investigação.

O primeiro capítulo estabelece a base teórica necessária, introduzindo a ascensão da IA e a correspectiva necessidade de uma regulação consciente. A seção 1.1 explora a evolução da IA e os fundamentos que justificam uma abordagem regulatória proativa.

A seção 1.2 se dedica a descrever a estrutura do AI Act, apresentando seus princípios e normas gerais, enquanto a seção 1.3 discute os impactos globais e as influências que tal regulação pode exercer sobre países fora da Europa.

O segundo capítulo se concentra na análise dos reflexos da regulação europeia no Estado constitucional brasileiro. A seção 2.1 examina o princípio da soberania à luz da importação de normas estrangeiras, abordando os limites e as possibilidades dessa prática.

Na seção 2.2, investigam-se os desafios constitucionais que surgem com a implementação do AI Act no Brasil, considerando questões como a compatibilidade com a Constituição e o respeito aos direitos fundamentais. A seção 2.3 destaca a significativa relação

entre a proteção dos direitos fundamentais e a necessidade de salvaguardas contra os riscos associados à IA.

O terceiro capítulo traça possíveis caminhos para a construção de uma regulação brasileira própria para a IA. A seção 3.1 reflete sobre a adequação do ordenamento jurídico brasileiro às normas internacionais, propondo diretrizes viáveis para essa regulamentação.

Na seção 3.2, analisam-se as propostas legislativas e as iniciativas governamentais em curso no Brasil, com especial atenção à governança digital e ao papel do Executivo nesse processo. Por fim, a seção 3.3 encerra o capítulo abordando os cenários futuros e os impactos potenciais no sistema judiciário e nos direitos fundamentais dos cidadãos.

Diante deste elaborado cenário, a pergunta que se busca responder nesta pesquisa é: de que maneira o AI Act, enquanto marco regulatório da Inteligência Artificial na União Europeia, pode influenciar a construção de normas específicas no Brasil, garantindo a proteção dos direitos fundamentais e a adequação ao quadro constitucional brasileiro?

Com a realização desta investigação, almeja-se contribuir significativamente para o avanço do debate sobre a regulamentação da IA, oferecendo subsídios que favoreçam a formulação de políticas públicas justas, eficazes e alinhadas às melhores práticas internacionais.

A análise crítica das legislações e diretrizes em vigor, bem como das experiências práticas em outros contextos, permitirá entender como o Brasil pode não apenas integrar essas normas de maneira eficiente, mas também adaptar-se às suas realidades sociais, culturais e jurídicas.

A pesquisa se propõe a revelar as complexidades inerentes à regulação da IA, onde o equilíbrio entre inovação tecnológica e proteção dos direitos dos cidadãos é essencial. Por meio dessa investigação, espera-se prestar um serviço valioso ao debate acadêmico e ao desenvolvimento de políticas públicas, promovendo uma tomada de decisão que respeite a dignidade humana e os direitos fundamentais em um mundo cada vez mais moldado pela tecnologia.

Ao longo de cada capítulo, será realizada uma análise detalhada das propostas e desafios, considerando não apenas os aspectos legais, mas também as implicações sociais que a regulação da IA pode trazer. A intenção é criar um espaço de diálogo que reúna acadêmicos, legisladores, juristas e a sociedade civil, fomentando uma discussão abrangente sobre como a melhor utilização da inteligência artificial pode enriquecer o sistema jurídico brasileiro, ao mesmo tempo em que busca minimizar os riscos associados.

Aprofundar essa análise permitirá vislumbrar como o Brasil pode aprender com a

experiência da UE, adaptando princípios e práticas de sucesso, ao mesmo tempo em que desenvolve um arcabouço normativo único, que reflita sua diversidade e complexidade. Assim, esta pesquisa não apenas visa uma compreensão teórica das interações entre o AI Act e a legislação brasileira, mas também pretende se tornar uma ferramenta prática para a implementação de um regime regulatório que garanta uma convivência harmoniosa entre direitos fundamentais e inovação.

Por conseguinte, este trabalho foi elaborado com o intuito de servir como uma contribuição significativa ao diálogo sobre regulação da inteligência artificial, alinhando-se aos esforços globais para garantir que a tecnologia continue a ser um vetor de progresso social, respeitando os alicerces da democracia e dos direitos humanos.

Na busca por um futuro justo e equitativo, a construção de um marco regulatório sólido e inclusivo se torna uma exigência não apenas legal, mas ética, que deve guiar os esforços de todos os setores da sociedade.

## A REGULAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA UNIÃO EUROPEIA: CONTEXTO E OBJETIVOS DA AI ACT

A regulação da inteligência artificial (IA) na União Europeia, através da proposta conhecida como AI Act, surge em um contexto de rápida evolução tecnológica e preocupação com os impactos éticos, sociais e econômicos dessa inovação. Com a crescente inserção da IA em diversas áreas, desde setores industriais até serviços públicos, a necessidade de criar um marco regulatório que ofereça segurança jurídica, proteção aos cidadãos e promova a inovação tornou-se uma prioridade para a União Europeia.

Cabe mencionar, segundo Lopes, Santos e Pinheiro (2014) que o termo Inteligência Artificial (IA) engloba diversos processos computacionais cujas tarefas, se realizadas por seres humanos, seriam vistas como manifestações de inteligência. O conceito é abrangente e varia conforme os múltiplos sentidos atribuídos à palavra "inteligência".

Nesses termos, referido regulamento tem como objetivo:

[...] garantir que o avanço dessa tecnologia ocorra de maneira segura e confiável e sua aplicação terá uma fase de transição de 6 a 36 meses a depender das circunstâncias. O termo “Sistema de IA” refere-se a um sistema baseado em máquina projetado para operar com níveis variados de autonomia a partir dos *inputs* que recebe, sendo capaz de inferir como gerar resultados tais como previsões, conteúdo, recomendações ou decisões (Vidal; Sousa, 2024, p. 1).

No contexto europeu, as abordagens adotadas para a regulamentação da proteção de dados podem ser classificadas em modelos que refletem perspectivas distintas sobre o tema. Para tanto, existem dois modelos principais, o norte-americano e o europeu, selecionados pela influência que exercem em soluções implementadas em outros sistemas jurídicos (Doneda, 2020).

Observa-se uma tendência à convergência legislativa em matéria de proteção de dados, pois a natureza transnacional dessa questão dificulta a adoção de medidas restritas a contextos nacionais. No entanto, essa convergência ocorre em paralelo a uma polarização entre os modelos mencionados, motivo pelo qual exploraremos as características de cada um.

Na Europa, estabeleceu-se regras gerais, as chamadas “leis de proteção de dados pessoais”, as quais, visam “prevenir a realização de tais excessos, prescrevendo que, para evitar tais ataques à liberdade ou à “privacidade”, seja criada em cada país uma autoridade administrativa independente (o ombudsman de dados)” (Galindo; Carmo, 2017, p. 77).

A distinção entre os sistemas de *common law* e *civil law* impactou o desenvolvimento dos diferentes regimes de proteção de dados pessoais. Países de tradição *common law*, em especial, tendem a resistir a vincular essa matéria aos direitos fundamentais ou a modelos focados na tutela da dignidade, o que reflete a diferença de enfoques (Barbieri, 2020).

Ainda assim, essa divisão não é absoluta: países de *common law*, como Austrália, Nova Zelândia e Canadá, apresentam hoje características mistas em suas regulamentações de proteção de dados, aproximando-se, em certa medida, do modelo europeu. Mesmo o Reino Unido, apesar de ter se desligado da União Europeia, continua sujeito aos efeitos da normativa europeia sobre proteção de dados, evidenciando a influência duradoura do modelo europeu em jurisdições de common law (Doneda, 2020).

Em 25 de maio de 2018, entrou em vigor o Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR) da União Europeia, promulgado em 2016, estabelecendo normas obrigatórias para empresas que manipulam dados pessoais de cidadãos europeus, independentemente de sua localização geográfica (Pimentel, 2018).

O Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (GDPR) revogou a Diretiva 95/46/CE, que havia sido aprovada em 24 de outubro de 1995 e entrou em vigor três anos depois. Esta diretiva delineava princípios, direitos e obrigações para os titulares de dados e

estabelecia diretrizes gerais para os Estados-membros, de modo que estes pudessem adaptar suas legislações internas. Uma das exigências importantes da Diretiva era a criação de uma agência ou comissário de proteção de dados em cada país-membro, responsável pela supervisão da. aplicação das normas de proteção à privacidade (Teixeira; Guerreiro, 2022).

A promulgação do GDPR baseou-se nos poderes concedidos pelo artigo 16 do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. Este artigo reconhece o direito de todos à proteção dos dados pessoais e estabelece que o Parlamento Europeu e o Conselho devem criar normas relacionadas à proteção dos indivíduos quanto ao tratamento de dados pessoais, tanto pelas instituições da União quanto pelos Estados-membros no exercício de atividades que envolvam a aplicação do direito da União, assegurando também a livre circulação desses dados. O cumprimento dessas normas é supervisionado por autoridades independentes (Teixeira; Guerreiro, 2022)

Reconhecendo o valor dos dados como ativo estratégico que impulsiona a economia digital, o GDPR reforça a necessidade de proteção desses dados, especialmente diante de suspeitas de uso indevido em contextos que impactaram processos políticos relevantes, como o Brexit e a eleição de Donald Trump (Pimentel, 2018).

Com pertinência ao que vem sendo apontado, Doneda (2020, p. 12) sustenta a sua influência no Brasil:

O regulamento europeu funciona como modelo de referência que países como o Brasil deverão levar em conta tanto na interpretação e aplicação de suas leis nacionais quanto na própria elaboração de legislação acerca da temática, em cotejo com o almejado fluxo de informações e convergências derivadas de diplomas em nível internacional. Ainda, no que concerne à circulação internacional de dados pessoais, aborda o autor, além dos acordos safe harbour, agora também os privacy shield, novo marco regulatório para intercâmbio de dados pessoais entre países da União Europeia e os Estados Unidos.

A implementação do GDPR após um período de *vacatio legis* de dois anos visou dar às empresas tempo para se adequar às exigências, tradicionalmente desconsideradas por muitas organizações. No centro da regulamentação está o princípio do consentimento: o titular dos dados precisa autorizar explicitamente sua coleta e processamento, podendo revogar essa permissão a qualquer momento (Pimentel, 2018).

Além disso, as entidades que coletam dados devem comunicar de maneira transparente suas práticas, assegurando que os indivíduos compreendam como suas informações serão utilizadas. Ao estabelecer essas diretrizes, o GDPR busca proteger não só a privacidade, mas também garantir um ambiente seguro para a preservação das liberdades e dos direitos fundamentais, elementos centrais do Estado Democrático de Direito (Pimentel, 2018).

Posteriormente, a AI Act foi proposta pela Comissão Europeia em 2021, como parte de uma estratégia mais ampla para consolidar o bloco como líder mundial em tecnologia, ao mesmo tempo em que defende os direitos fundamentais dos seus cidadãos.

Diferente de outras iniciativas regulatórias voltadas exclusivamente para fomentar o desenvolvimento tecnológico, essa proposta tem um enfoque claro na gestão de riscos, buscando estabelecer limites para o uso da IA com base em critérios de segurança, transparência e responsabilidade.

O contexto em que a proposta da AI Act foi desenvolvida reflete uma abordagem de prevenção, influenciada por episódios em que sistemas automatizados demonstraram potencial para gerar consequências negativas, como discriminação ou invasão de privacidade.

Compreende privacidade, nesse contexto, os primeiros conceitos:

[...] o conceito de privacidade como o direito a ser deixado só é falho, pois é amplo demais: definido dessa maneira, seria possível concluir que qualquer conduta direcionada a outra pessoa, quer ilícita ou não – uma agressão física, ou simplesmente pedir informações quando se está perdido, por exemplo – seria uma violação de sua privacidade. Tutelar a privacidade nessa medida significaria aniquilar o convívio humano e a formação de relações sociais; é por isso que se afirma que a intimidade só faz sentido como fenômeno emergente da vida em sociedade, de relações intersubjetivas. Tanto é assim que o Tribunal Europeu de Direitos Humanos decidiu que seria excessivamente restritivo limitar a noção de vida privada a um círculo interior, no qual o indivíduo pudesse viver sua própria vida privada como quisesse, excluindo completamente o mundo exterior não englobado por esse círculo; isto porque o “respeito à vida privada também deve com preender, em certo grau, o direito de estabelecer e desenvolver relacionamentos com outros seres humanos” (Leonardi, 2011, p. 54-55).

Insta salientar que a consolidação de regulamentações para a proteção de dados pessoais, especialmente a partir dos anos 1990, está diretamente ligada ao crescimento da economia digital, que passou a depender substancialmente de fluxos internacionais de dados pessoais, impulsionados pela tecnologia e pela globalização (Bioni, 2020).

Esse cenário exigiu uma renovação do compromisso das instituições com os indivíduos, em especial no que se refere à proteção de direitos humanos fundamentais como a privacidade, garantida desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. O pilar desse compromisso é a liberdade, enquanto a transparência atua como elemento de equilíbrio (Bioni, 2020).

As leis de proteção de dados foram, assim, estruturadas com base em princípios e acompanhadas por indicadores técnicos precisos, permitindo uma avaliação auditável do cumprimento dos compromissos assumidos. Esses dispositivos incluem trilhas de auditoria e uma série de controles voltados para a governança dos dados pessoais, o que contribui para

assegurar o alinhamento das práticas institucionais com as expectativas de segurança e respeito aos direitos individuais na sociedade digital (Bioni, 2020).

A regulação europeia pretende criar uma estrutura que avalie o grau de risco associado a diferentes tipos de IA, adotando medidas mais rígidas para aquelas tecnologias consideradas de alto risco, como sistemas usados em áreas sensíveis como recrutamento, crédito, serviços médicos e processos judiciais.

Um dos objetivos centrais do AI Act é equilibrar a inovação com a proteção dos direitos fundamentais. Para isso, a proposta estabelece quatro categorias de risco, a partir das quais são definidas diferentes exigências para desenvolvedores e operadores de IA.

As categorias vão desde sistemas que representam risco inaceitável, como tecnologias de vigilância social em larga escala, até aquelas de risco limitado, que terão poucas exigências regulatórias. Dessa forma, a União Europeia busca assegurar que as tecnologias de IA com maior potencial de impacto social sejam sujeitas a controles mais rigorosos. Assim, contemplam a classificação de diferentes tipos de inteligência artificial em função do risco, e ainda:

Os sistemas de IA que apresentem apenas um **risco limitado** estarão sujeitos a obrigações de transparência muito ligeiras, ao passo que os sistemas de IA de **risco elevado** serão autorizados, embora sujeitos a um conjunto de requisitos e obrigações para obterem acesso ao mercado da UE. Os sistemas de IA que envolvam, por exemplo, a manipulação cognitiva de comportamentos e a classificação social serão proibidos na UE porque o seu risco é considerado inaceitável. O regulamento proíbe igualmente a utilização da IA para o policiamento preditivo com base na definição de perfis e em sistemas que utilizam dados biométricos para classificar as pessoas por categorias, como a raça, a religião ou a orientação sexual de uma pessoa (Conselho da União Europeia, 2024, p. 1).

Outro objetivo da AI Act é fomentar um mercado de IA que esteja em conformidade com valores éticos e democráticos, algo que se alinha com o compromisso histórico da União Europeia em proteger a privacidade e a dignidade humana. A proposta inclui diretrizes sobre transparência, exigindo que as empresas informem aos usuários quando estão interagindo com uma IA, além de critérios de responsabilidade que garantam que as empresas sejam responsabilizadas por danos causados por suas tecnologias.

O AI Act, portanto, representa um esforço para antecipar e mitigar os desafios trazidos pela IA, sem inibir o potencial de inovação. Ele se destaca como uma tentativa pioneira de regular uma área ainda em grande parte não regulamentada, estabelecendo um modelo que pode vir a influenciar outras jurisdições ao redor do mundo. A União Europeia, com essa proposta, tenta definir um equilíbrio entre a promoção do desenvolvimento tecnológico e a necessidade de garantir que a IA seja desenvolvida e aplicada de maneira ética e segura.

## A ASCENSÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A NECESSIDADE DE REGULAÇÃO

O Acordo Global sobre a Ética da Inteligência Artificial, estabelecido pela UNESCO em 25 de novembro de 2021 e assinado por seus 193 países membros, marca uma iniciativa histórica para regulamentar e orientar o uso da IA em nível global. Este acordo, que contou com a contribuição de um grupo multidisciplinar de 24 especialistas (*Ad Hoc Expert Group*, AHEG), estrutura diretrizes éticas e de fiscalização, colocando a responsabilidade pela regulamentação e monitoramento nas mãos dos Estados. Entre as principais áreas de atenção, o documento aborda questões ambientais e considera as especificidades dos países do Sul Global, refletindo uma preocupação inclusiva e abrangente com os impactos da IA (ONU Brasil, 2021).

No contexto de proteção de direitos, o acordo proíbe explicitamente o uso de IA para sistemas de pontuação social e vigilância em massa, práticas que poderiam comprometer gravemente a liberdade individual e a autonomia dos cidadãos. Essa proibição busca evitar a replicação de modelos como o crédito social chinês, direcionando a IA para um uso responsável e ético. A urgência em regulamentar se justifica não apenas pelo avanço da tecnologia, mas também pelos riscos que IA desregulada representa para direitos fundamentais e para a integridade das estruturas sociais (ONU, 2021).

Mais recentemente, em setembro de 2024, “mais de 50 países assinaram o primeiro tratado internacional sobre o uso de padrões de inteligência artificial, no dia 5 de setembro. A convenção vale para os setores público e privado”, como observa o Santana (2024, p. 1). Segundo informações:

Este documento tenta evitar que uma colcha de retalhos de regulamentações dificulte a inovação. A convenção do Conselho da Europa (Council of Europe’s), assinada por EUA, União Europeia e Reino Unido, tem ênfase nos direitos humanos e valores democráticos para a regulamentação. O documento continua a receber a assinatura de outros países. Foram dois anos de elaboração do texto. A convenção exige que os signatários sejam responsabilizados por quaisquer resultados prejudiciais e discriminatórios de sistemas de IA (Santana, 2024, p. 1).

Simultaneamente, a última década tem visto a formulação de princípios éticos em torno da IA, os quais, apesar de seu valor orientador, carecem de clareza técnica e precisão matemática para implementação prática. Tentativas de autorregulamentação têm sido amplamente insuficientes, motivando a formulação de legislações robustas, como o Artificial

Intelligence Act (AIA) proposto pela Comissão Europeia, o regulamento de algoritmos de IA elaborado pela Cyberspace Administration of China (CAC), e o Projeto de Lei nº 21/2020 no Brasil, que foi aprovado pela Câmara dos Deputados e enviado ao Senado Federal. Estas iniciativas refletem diferentes abordagens culturais e institucionais, mas compartilham o objetivo de mitigar as consequências adversas, especialmente em aplicações de IA de alto risco.

Embora intervenções legislativas sejam essenciais, a eficácia dessa regulamentação depende da conscientização da sociedade e da superação das assimetrias de conhecimento entre desenvolvedores de tecnologia e formuladores de políticas. Para que a sociedade se beneficie da IA sem riscos excessivos, é fundamental um esforço colaborativo que evite tanto o alarmismo quanto o otimismo ingênuo, promovendo uma relação informada e equilibrada com as novas tecnologias, como aponta Kaufman, 2020).

Dadas essas premissas, a ascensão da inteligência artificial (IA) transformou diversos setores da sociedade, impactando desde a indústria até os serviços públicos, o mercado de trabalho e a vida cotidiana das pessoas. O desenvolvimento acelerado de tecnologias baseadas em IA, como algoritmos de aprendizado de máquina, robótica e sistemas de processamento de linguagem natural, trouxe à tona inovações capazes de automatizar processos, aumentar a eficiência e criar novos produtos e serviços.

No entanto, ao mesmo tempo em que essas inovações geram benefícios significativos, elas também levantam preocupações quanto a questões éticas, jurídicas e sociais, que evidenciam a necessidade de uma regulação apropriada.

Além das técnicas tradicionais, o uso de inteligência artificial e de análise probabilística surge como um recurso importante na tarefa de priorizar documentos para análise por revisores humanos. Ressalte-se que não se trata de decisão automatizada baseada em perfis, prática proibida pelo artigo 22 do RGPD, mas sim de um processo de filtragem de documentos, que continuarão sendo revisados por pessoas (Dutra, 2020).

Como descreve Bioni (2020, p. 93):

Abre-se espaço, assim, para uma escolha normativa consequencialista. Não se normatiza apenas pela lente da conceituação mutualmente excludente entre dados pessoais e dados anônimos, mas, também, por meio da relação de causa e efeito que a mera atividade de tratamento de dados pode exercer sobre um indivíduo.

O aprendizado de máquina ocorre em várias fases, começando com o processamento dos dados em uma plataforma de revisão, seguido pela aplicação de termos específicos, com uma amostra de documentos sendo revisada por humanos para treinar o sistema. A partir daí o

software inteligente processa as informações e apresenta apenas os dados mais relevantes, de acordo com o aprendizado anterior (Dutra, 2020).

A IA tem sido aplicada em áreas sensíveis, como saúde, transporte, segurança pública e decisões financeiras, o que amplia o impacto das suas decisões e previsões. O uso de algoritmos em sistemas de diagnóstico médico, por exemplo, ou em veículos autônomos, pode ter consequências diretas sobre a vida e a integridade física das pessoas.

Além disso, a automação em larga escala tem o potencial de gerar mudanças no mercado de trabalho, substituindo funções humanas por máquinas em determinadas atividades, o que levanta questões sobre o futuro do emprego e a proteção social.

Nesse cenário, a necessidade de regulação da IA emerge para garantir que os avanços tecnológicos ocorram de forma segura, responsável e em consonância com os direitos fundamentais. A ausência de um marco regulatório claro pode resultar em abusos, como o uso indevido de dados pessoais, discriminação algorítmica e decisões automatizadas injustas, já que os sistemas de IA nem sempre são transparentes ou compreensíveis. Sem uma supervisão adequada, a IA pode amplificar desigualdades existentes, reforçando vieses discriminatórios em processos de contratação, concessão de crédito ou políticas de vigilância.

A regulação da IA busca, portanto, estabelecer limites para o seu uso, definindo responsabilidades e criando salvaguardas para proteger os indivíduos de eventuais danos. Isso inclui a necessidade de garantir que as tecnologias sejam desenvolvidas de maneira ética, transparente e inclusiva.

Outro ponto fundamental é a criação de mecanismos que responsabilizem os desenvolvedores e operadores de IA por possíveis danos causados por suas tecnologias, assegurando que as vítimas de falhas ou erros tenham algum tipo de reparação.

A discussão sobre a regulação da IA, contudo, vai além da simples mitigação de riscos. A regulação também pode ser uma ferramenta para promover a inovação de maneira sustentável, incentivando o desenvolvimento de tecnologias que atendam a padrões éticos e que beneficiem a sociedade de maneira ampla. Ao criar um ambiente regulatório claro e previsível, os governos podem estimular a confiança pública e aumentar a aceitação das novas tecnologias, facilitando sua integração em áreas críticas e sensíveis.

Portanto, à medida que a IA continua a evoluir e a se expandir para novos setores, a necessidade de regulação se torna cada vez mais evidente. Ela é essencial para garantir que os benefícios da IA sejam amplamente distribuídos e que os riscos associados à sua utilização sejam adequadamente gerenciados, protegendo os direitos e a dignidade dos indivíduos em uma sociedade cada vez mais automatizada e dependente da tecnologia.

## A ESTRUTURA JURÍDICA DA AI ACT EUROPEIA: PRINCÍPIOS E NORMAS GERAIS

A estrutura jurídica da AI Act europeia é baseada em um conjunto de princípios e normas gerais que visam regular o uso da inteligência artificial (IA) de forma equilibrada, promovendo tanto a inovação tecnológica quanto a proteção dos direitos fundamentais.

Conforme proposta do AI Act, apresentada pela Comissão Europeia em 2021, há o estabelecimento um regime regulatório amplo, que categoriza os sistemas de IA com base em seus níveis de risco e define obrigações proporcionais para os desenvolvedores e usuários dessas tecnologias (Lantyer, 2023).

Um dos pilares centrais da AI Act é o princípio da abordagem baseada no risco. O regulamento classifica os sistemas de IA em quatro categorias, de acordo com o potencial de impacto sobre os indivíduos e a sociedade: (1) risco inaceitável, (2) alto risco, (3) risco limitado e (4) risco mínimo. Cada uma dessas categorias possui requisitos regulatórios específicos, refletindo o grau de controle e vigilância necessários para proteger a segurança, a privacidade e outros direitos dos cidadãos (Menengola; Gabardo; Sanmiguel, 2022).

A categoria de risco inaceitável inclui sistemas de IA que representam uma ameaça significativa aos direitos fundamentais e à segurança pública. Exemplos são tecnologias de vigilância social em larga escala, ou sistemas que manipulam o comportamento humano de forma a comprometer a autonomia individual.

Esses sistemas são proibidos, sendo vedada sua implementação dentro da União Europeia, que reflete o compromisso do bloco com a proteção de valores essenciais, como a dignidade humana e a liberdade de expressão.

Os sistemas de IA classificados como de alto risco, por sua vez, estão sujeitos a um controle mais rigoroso. Nessa categoria, enquadram-se tecnologias usadas em áreas sensíveis, como saúde, transporte, educação e emprego. A IA utilizada em decisões de recrutamento, diagnósticos médicos ou em veículos autônomos deve atender a requisitos técnicos e de segurança estabelecidos pela *AI Act* (Alves Filho, 2024).

As normas incluem a obrigação de realizar avaliações de conformidade, manter documentação detalhada sobre o funcionamento dos sistemas e garantir que esses sistemas possam ser auditados e monitorados. Esses requisitos buscam evitar que a IA comprometa a vida, a saúde ou os direitos dos indivíduos de forma indevida.

A regulamentação também estabelece normas de transparência para os sistemas de

risco limitado, que são aqueles que não afetam diretamente direitos fundamentais, mas podem influenciar o comportamento ou causar desinformação. Exemplo disso são os *chatbots* e assistentes virtuais, que devem informar claramente aos usuários que estão interagindo com uma IA, garantindo que as pessoas saibam que não estão em contato com um ser humano.

Na categoria de risco mínimo, estão incluídos sistemas de IA que oferecem pouca ou nenhuma ameaça aos direitos fundamentais ou à segurança. Esses sistemas, como jogos ou aplicativos de IA usados para lazer, não estão sujeitos a regulações mais pesadas, mas ainda devem seguir diretrizes gerais de ética e boas práticas.

Outro princípio fundamental da AI Act é a responsabilidade dos operadores e desenvolvedores. A legislação exige que as empresas e instituições envolvidas no desenvolvimento e uso de IA sigam rigorosos padrões de conformidade e assumam responsabilidade pelos impactos gerados pelas tecnologias que criam ou utilizam. Isso inclui a adoção de medidas preventivas para mitigar riscos e a prestação de contas em casos de violação de normas regulatórias.

Portanto, a estrutura jurídica da AI Act se caracteriza por uma abordagem preventiva, pautada pelo controle de riscos e pela proteção dos direitos fundamentais, sem inibir a inovação tecnológica. Ao classificar os sistemas de IA de acordo com seu potencial de risco, e ao impor obrigações proporcionais de transparência e responsabilidade, a União Europeia busca construir um cenário em que a inteligência artificial possa se desenvolver de maneira ética e segura.

## IMPACTOS GLOBAIS DA REGULAÇÃO EUROPEIA: PADRÕES E INFLUÊNCIAS INTERNACIONAIS

A regulação europeia sobre a inteligência artificial (IA), estabelecida pela proposta do AI Act, tem o potencial de gerar impactos globais significativos, influenciando padrões regulatórios e a forma como a IA é desenvolvida e aplicada em outras regiões do mundo. A União Europeia, ao adotar um conjunto de regras abrangentes para regulamentar o uso dessa tecnologia, busca não apenas proteger os direitos de seus cidadãos, mas também moldar o cenário internacional de inovação e governança tecnológica.

Um dos impactos globais mais notáveis da AI Act é a criação de um "efeito de extraterritorialidade", fenômeno observado em outras legislações europeias, como o Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR). Esse efeito ocorre quando empresas e

países fora da União Europeia, ao interagirem com o mercado europeu ou exportarem seus produtos para ele, precisam adaptar suas tecnologias e práticas às exigências legais impostas pelo bloco.

No caso da AI Act, desenvolvedores e operadores de IA de todo o mundo que queiram atuar na Europa terão de garantir que suas soluções estejam em conformidade com os princípios de segurança, transparência e responsabilidade estabelecidos pela regulação. Isso pode levar à adoção desses padrões como referência global, uma vez que, para muitas empresas, seria mais eficiente seguir uma única normatização em vez de adaptar seus produtos para diferentes mercados.

Além disso, a regulação europeia pode influenciar a criação de legislações em outras jurisdições, que tendem a se inspirar nos parâmetros adotados pela UE. Esse tipo de influência foi visto, por exemplo, com o GDPR, que se tornou um modelo para várias leis de proteção de dados ao redor do mundo. Da mesma forma, o AI Act pode servir de base para legislações nacionais ou regionais em países que buscam estabelecer regras próprias para a IA.

Com efeito, observa Bioni (2020, p. 94):

Leis de proteção de dados pessoais compõem necessariamente esse arranjo de governança, na medida em que suas normas abraçam todo e qualquer processamento de dados que sujeite um indivíduo ou uma coletividade a uma decisão automatizada. Pouco importa se tal tratamento se centra em uma informação isolada ou agregada e que não revele uma pessoa direta ou indiretamente (dados anonimizados), desde que ele impacte de forma significativa a sua vida e, portanto, o livre desenvolvimento da sua personalidade. Daí a importância da alocação da proteção dos dados pessoais como um novo direito da personalidade. [...] Essa é a racionalidade da LGPD ao prever que dados anonimizados podem ser considerados como dados pessoais caso sejam utilizados para a formação de perfis comportamentais (art. 12, § 2º). O foco está, portanto, nas consequências que tal atividade de tratamento de dados pode ter sobre um sujeito.

Estados Unidos, China, Brasil e outros países com uma presença significativa de tecnologia e inovação podem sentir a necessidade de elaborar seus próprios marcos regulatórios a fim de equilibrar o incentivo à inovação com a proteção dos direitos de seus cidadãos.

Não obstante, convém relembrar a vanguarda estadunidense no cenário tecnológico, especialmente no âmbito da internet. A Internet teve sua origem na ARPANET, uma rede de computadores desenvolvida pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos com fins militares. Durante a Guerra Fria, os EUA buscavam criar um sistema de comunicações resistente a ataques soviéticos, e o conceito de uma rede com várias rotas, sem um centro definido, emergiu como solução (Pimental, 2018).

A partir da década de 1970, universidades e outras instituições começaram a se conectar à ARPANET, e, em 1975, já havia aproximadamente 100 sites ativos. Com a expansão da rede mundial, o número de usuários cresceu exponencialmente, e, atualmente, estima-se que o Brasil tenha mais de 120 milhões de pessoas conectadas, ocupando a quarta posição no ranking global de usuários (Pimentel, 2018).

Nesse contexto de intensa interconectividade e aumento do uso de computadores e dispositivos conectados, novos conflitos emergem, demandando a intervenção do Direito para regular a dinâmica digital e enfrentar o aumento dos crimes praticados online.

Nesta senda, a *AI Act* também promove uma competição saudável por padrões de ética e responsabilidade no desenvolvimento de IA. Ao definir critérios rigorosos de conformidade, a União Europeia coloca a proteção dos direitos fundamentais no centro das discussões sobre IA, pressionando empresas e governos a adotar uma conduta mais responsável e a promover o uso ético dessas tecnologias. Isso pode impactar positivamente o desenvolvimento global de IA, desencorajando o uso indiscriminado de algoritmos de alto risco e estimulando o foco em soluções que minimizem discriminação, exclusão social e violações à privacidade.

Outro impacto global está relacionado ao incentivo à inovação segura. Embora algumas críticas apontem que regulações rigorosas poderiam inibir a inovação, a AI Act busca, na verdade, criar um ambiente seguro e previsível para o desenvolvimento de IA.

A criação de “caixas de areia regulatórias” (regulatory sandboxes), por exemplo, permite que empresas testem suas soluções tecnológicas em ambientes controlados, promovendo o avanço da IA de forma ética e responsável. Essa prática pode ser adotada por outros países como uma maneira de conciliar inovação com segurança, contribuindo para o progresso tecnológico global sem comprometer os direitos fundamentais.

O crescente agenciamento da inteligência artificial (IA), especialmente quando substitui a ação humana, levanta uma questão ética cada vez mais urgente: a responsabilidade. Desde Aristóteles, a sociedade tem considerado que os indivíduos são responsáveis pelas consequências de seus atos.

Em sua obra *Ética a Nicômaco*, o filósofo destaca que a responsabilidade moral exige que a pessoa tenha consciência do que está fazendo, o que não ocorre no caso dos algoritmos de IA. Esses sistemas são capazes de realizar ações e tomar decisões que podem ter impactos éticos, mas, por não possuírem capacidade de pensamento moral, não podem ser responsabilizados por suas consequências (Kaufman, 2020).

Ou seja, apesar de atuarem como agentes em determinadas situações, os algoritmos não são agentes morais, já que lhes faltam consciência, emoções, sentimentos e

intencionalidade. Para Aristóteles, somente os seres humanos realizam atos voluntários, sendo, portanto, os únicos a quem se pode atribuir responsabilidade pelos atos das máquinas. Quando o controle é delegado à IA, a responsabilidade permanece com os humanos.

No entanto, atribuir essa responsabilidade pelas decisões automatizadas, ou mesmo por simples previsões feitas por sistemas de IA, é uma tarefa complexa. Sistemas avançados de IA, que apresentam maior potencial de causar danos, são frequentemente desenvolvidos por equipes multidisciplinares e treinados com bases de dados provenientes de diversas fontes (Kaufman, 2020).

Esses algoritmos, ao serem aplicados em diferentes contextos, tornam ainda mais difícil identificar quem, exatamente, deve ser responsabilizado por eventuais falhas. A responsabilidade, nesse caso, precisaria ser distribuída entre todos os envolvidos no desenvolvimento, treinamento e uso da IA, o que, muitas vezes, não é simples de rastrear.

No contexto, o AI Act promove a criação de um ambiente de inovação controlada, incentivando o desenvolvimento de IA segura e confiável, por meio de mecanismos como as citadas *regulatory sandboxes*, que permitem que empresas experimentem novas tecnologias de IA sob a supervisão de autoridades reguladoras, garantindo que essas inovações sejam testadas em ambientes controlados antes de serem amplamente implementadas.

Além do impacto direto nas legislações e práticas empresariais, a regulação europeia pode influenciar debates internacionais sobre governança tecnológica e os desafios éticos da IA. Organizações internacionais, como as Nações Unidas e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), podem adotar partes do AI Act como base para recomendações e orientações globais.

Ao colocar a proteção dos direitos humanos e a promoção da inovação como temas centrais de sua regulação, a União Europeia estabelece um precedente importante para o desenvolvimento de normas e tratados internacionais que abordem a IA de maneira mais abrangente.

Não obstante, o impacto global da AI Act também se reflete no fortalecimento da soberania digital dos países que adotam essas normas como referência. Ao estabelecer padrões elevados de regulação, a União Europeia contribui para uma governança digital mais equilibrada, que leva em consideração não apenas os interesses econômicos, mas também os aspectos éticos e sociais relacionados ao uso da IA. Isso promove uma visão de desenvolvimento tecnológico mais inclusiva, que busca maximizar os benefícios da IA enquanto minimiza seus riscos globais.

Portanto, a regulação europeia da IA, por meio do AI Act, pode influenciar

profundamente a maneira como a IA é regulamentada, aplicada e debatida globalmente. Seus padrões e princípios, que combinam inovação e responsabilidade, têm o potencial de estabelecer uma nova referência para a governança tecnológica no mundo contemporâneo, promovendo o uso ético e seguro da IA em benefício de toda a sociedade.

## REFLEXOS DA CONVERGÊNCIA REGULADORA: O AI ACT E O ESTADO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO

Para compreensão da convergência reguladora objetivo deste trabalho é necessário que se faça inicialmente uma reflexão e discussão acerca do Estado Constitucional brasileiro, instituído pela Constituição de 1988, e que representa um marco de transição para uma ordem democrática após um longo período autoritário.

Este modelo se caracteriza pela centralidade dos direitos fundamentais e pela ampliação das liberdades individuais e sociais. Ao organizar o Estado em torno de princípios que garantem o respeito à dignidade humana, à cidadania e ao pluralismo, o texto

constitucional busca assegurar que a lei não seja um instrumento arbitrário, mas um meio de concretizar valores universais.

Trata-se de questões que permeiam o contexto soberano do Estado, de modo que a aplicação de legislação estrangeira prescinde de alguns pressupostos que não podem pôr em risco a incidência do Estado Constitucional.

No contexto brasileiro, a Constituição não se limita a organizar os poderes ou a distribuir competências. Ela incorpora valores essenciais, estruturando um Estado que pretende ser democrático, de direito e social. Esse arcabouço constitucional fomenta a atuação ativa dos poderes públicos na efetivação dos direitos fundamentais e determina que a proteção a esses direitos não dependa exclusivamente de decisões do legislador ou do administrador.

Nesse contexto, observa Barroso (2022, p. 422):

O Estado constitucional democrático, que se consolidou entre nós, traduz não apenas um modo de ver o Estado e o Direito, mas de desejar o mundo, em busca de um tempo de justiça, liberdade e igualdade ampla. Com as dificuldades inerentes aos processos históricos complexos e dialéticos, temos nos libertado, paulatinamente, de um passado autoritário, excludente, de horizonte estreito. E vivido as contradições inevitáveis da procura do equilíbrio entre o mercado e a política, entre o privado e o público, entre os interesses individuais e o bem coletivo.

O Judiciário, nesse ambiente, assume um papel de garantidor dos direitos, o que conduz a uma ampliação de sua atuação e à consolidação de um controle judicial, especialmente pelo Supremo Tribunal Federal. Salienta Barroso (2022) que o fortalecimento do Poder Judiciário no Estado constitucional contemporâneo é um fenômeno marcante, refletido na expansão da jurisdição constitucional e na judicialização de questões de natureza social, moral e política.

Desse modo, essa transformação envolve, em muitos casos, uma postura mais ativa dos juízes na interpretação e aplicação da Constituição, o que tem sido descrito como ativismo judicial. Embora essa atuação ampliada possa ser fundamental para a proteção de direitos e para o resguardo de valores constitucionais, ela traz consigo o risco de que o Judiciário ultrapasse os limites de sua função, assumindo um papel desproporcional no sistema democrático.

A legitimidade da atuação judicial depende, em grande medida, do equilíbrio entre sua função de controle constitucional e o respeito pelas escolhas feitas por outros poderes. Em um contexto de democracia representativa, decisões sobre políticas públicas, escolhas legislativas e o uso da discricionariedade administrativa devem, em regra, ser respeitadas pelo Judiciário, salvo nos casos em que estejam em jogo direitos fundamentais ou princípios democráticos.

Essa deferência é essencial para que o Judiciário não substitua a vontade popular, expressa pelos representantes eleitos, por sua própria interpretação de questões políticas ou sociais.

O Judiciário também deve manter-se atento à importância dos canais de expressão e participação direta da sociedade, preservando a autonomia dos movimentos sociais e do debate público. A ideia de que o Direito deve ser autônomo em relação à política é válida, mas essa autonomia é limitada, na medida em que o Direito e a política estão intrinsecamente ligados em um Estado democrático. O constitucionalismo contemporâneo, portanto, oscila entre dois polos: a razão pública, que a jurisdição constitucional interpreta, e a vontade popular, expressa por meio da representação política.

Nesse equilíbrio, o Judiciário encontra seu papel como guardião da Constituição sem monopolizar o espaço da deliberação democrática, promovendo um sistema no qual a autoridade judicial complementa, mas não substitui, as escolhas legítimas do legislador e do administrador.

A estrutura federativa e a divisão de competências entre União, estados e municípios consolidam a ideia de pluralidade dentro do Estado, possibilitando uma descentralização que visa adaptar as políticas públicas às particularidades regionais. Ao reconhecer as diversidades culturais e socioeconômicas, a Constituição reafirma o compromisso com a promoção de uma sociedade mais justa e menos desigual, projetando o Estado não apenas como um garantidor de direitos, mas como um agente ativo na sua promoção (Sarlet; Marinoni; Mitidiero, 2018).

Outro ponto significativo é a abertura do texto constitucional à participação social e política. Dispositivos que permitem a iniciativa popular na proposição de leis, plebiscitos e referendos, entre outros mecanismos, refletem uma compreensão do Estado que se comunica diretamente com a sociedade e que busca incluir o cidadão como parte do processo decisório.

O conceito de “Estado Constitucional Cooperativo,” desenvolvido pelo professor Peter Häberle, reflete uma nova fase na compreensão dos Estados constitucionais, que não mais se limitam ao seu próprio território e interesses, mas passam a agir em harmonia com outros Estados constitucionais, especialmente em temas de interesse comum, como a proteção dos direitos humanos e fundamentais (Mendes; Branco, 2021).

Segundo Häberle, embora a cooperação entre Estados frequentemente seja interpretada como uma simples organização para assegurar a coexistência pacífica e delimitar soberanias, essa interação pode gerar uma tendência ao enfraquecimento das fronteiras rígidas entre o direito interno e o direito externo. Nesse cenário, o direito comunitário tende a se sobrepor ao direito interno em algumas questões (Mendes, Branco, 2021).

Os fatores que conduzem à concepção do Estado Constitucional Cooperativo são

complexos e abrangem tanto aspectos sociológicos quanto econômicos, além de valores ideal- morais.

No âmbito ideal e moral, a proteção dos direitos humanos emerge como o aspecto mais concreto e relevante dessa estrutura, demandando que os atores políticos e sociais trabalhem de forma colaborativa para a implementação efetiva das normas constitucionais. Esse modelo não apenas incentiva, mas exige que as Constituições modernas priorizem a cooperação internacional amistosa e a proteção da dignidade humana como princípios fundamentais das relações entre os Estados.

Nesse contexto, o Estado Constitucional Cooperativo transcende a concepção tradicional de soberania absoluta e autossuficiente, promovendo um modelo de interdependência e solidariedade. Ao colocar os direitos humanos como um valor comum, esse modelo exige uma atuação conjunta entre Estados, na qual cada um contribui para a construção de um espaço jurídico global que reconheça e proteja a dignidade da pessoa humana, respeitando, ao mesmo tempo, a diversidade e a soberania de cada nação.

O Estado Constitucional brasileiro, portanto, articula-se em torno de um projeto inclusivo e democrático, no qual os princípios constitucionais não são meras declarações, mas diretrizes que orientam e informam todas as esferas do poder. Essa concepção de Estado ultrapassa o papel clássico de mero regulador e se afirma como promotor de um desenvolvimento equilibrado, responsável e comprometido com a justiça social e a proteção dos direitos fundamentais.

A convergência reguladora entre o AI Act, proposto pela União Europeia, e o Estado Constitucional brasileiro traz implicações profundas para o desenvolvimento e o uso ético e responsável da inteligência artificial (IA) no Brasil. O AI Act busca estabelecer parâmetros claros para o uso de IA, dividindo as aplicações de acordo com seu potencial de risco e definindo obrigações para desenvolvedores e usuários, sobretudo no que diz respeito à proteção de direitos fundamentais e à transparência dos sistemas de IA. Esse esforço regulatório reflete uma visão que pode influenciar a construção de diretrizes semelhantes no contexto brasileiro, orientando o debate sobre os limites e os usos legítimos dessas tecnologias.

No Brasil, onde a Constituição de 1988 assegura a proteção à dignidade humana e aos direitos fundamentais, a adoção de regulamentações inspiradas no AI Act poderia reforçar a tutela de direitos como privacidade, igualdade e não discriminação em aplicações de IA. A possibilidade de incorporar essas diretrizes no direito brasileiro abre espaço para que o país desenvolva uma abordagem regulatória que seja compatível com as garantias constitucionais,

protegendo os cidadãos de potenciais abusos enquanto estimula a inovação responsável. Além disso, a convergência reguladora permite uma maior inserção do Brasil no cenário internacional de governança digital, promovendo práticas de IA que respeitam padrões éticos globais e facilitam parcerias econômicas e tecnológicas com outros países que compartilham dessa mesma visão.

Outro reflexo relevante dessa convergência é a possibilidade de fortalecer mecanismos de fiscalização e supervisão, criando um ambiente regulatório onde os riscos associados a sistemas de IA de alto impacto, como aqueles voltados para segurança pública ou gestão de dados pessoais, sejam minimizados. O Estado Constitucional brasileiro, ao incorporar uma perspectiva alinhada com o AI Act, tem a chance de aprimorar seu arcabouço jurídico em áreas sensíveis, protegendo direitos fundamentais contra o uso indiscriminado ou invasivo dessas tecnologias e promovendo o uso de IA de forma ética e democrática.

Assim, a convergência reguladora entre o AI Act e o Brasil pode contribuir para a construção de uma estrutura jurídica que garanta um equilíbrio entre inovação tecnológica e proteção constitucional, assegurando que a IA seja um instrumento de desenvolvimento que respeite os valores fundamentais do Estado brasileiro e atue em prol da sociedade.

No capítulo que se inicia, a discussão passa a ser sobre o princípio da soberania, bem como, de que maneira a importação de normas pode ser realizado no ordenamento jurídico interno.

## O PRINCÍPIO DA SOBERANIA E A IMPORTAÇÃO DE NORMAS ESTRANGEIRAS

O princípio da soberania é um dos fundamentos centrais do Estado moderno, referindo-se à autoridade suprema que um Estado exerce sobre seu território e população, sem subordinação a outros poderes externos. Esse princípio é essencial para a construção da identidade nacional e a preservação da autonomia nas decisões políticas, econômicas e jurídicas. No entanto, a globalização e a crescente interdependência entre os países têm gerado debates sobre a importação de normas estrangeiras, desafiando as concepções tradicionais de soberania.

A importação de normas estrangeiras pode ocorrer em diversas áreas, como direito constitucional, direito civil, direito penal e regulamentos econômicos. Em um contexto de globalização, as normas de outros países ou de organizações internacionais são frequentemente utilizadas como referência para a elaboração de legislações nacionais. Esse

fenômeno pode ser visto como uma forma de modernização do direito interno, buscando adequar as leis locais às melhores práticas internacionais e responder a desafios globais, como os direitos humanos, a proteção ambiental e o comércio internacional.

Entretanto, a importação de normas estrangeiras não é isenta de controvérsias. Críticos argumentam que isso pode comprometer a soberania nacional ao subordinar as leis locais a padrões externos, dificultando a adaptação de normas às realidades culturais, sociais e econômicas do país. A implementação de normas estrangeiras sem uma análise crítica pode resultar em soluções inadequadas ou ineficazes para os problemas locais, além de gerar resistência por parte da população que pode ver isso como uma forma de imposição externa.

Importa ressaltar, consoante apontamento de Novelino e Cunha Junior (2018, p. 16):

A evolução do Estado de Direito formal para o Estado Constítucional Democrático fez com que, no plano interno, a soberania migrasse do soberano para o povo, exigindo-se uma legitimidade formal e material das Constituições. No plano externo, a rigidez de seus contornos foi relativizada com a reformulação do princípio da autodeterminação dos povos e o reconhecimento do Estado pela comunidade internacional.

A soberania, portanto, não deve ser entendida como um conceito rígido e imutável. Em um mundo interconectado, é essencial que os Estados busquem um equilíbrio entre a adoção de normas estrangeiras e a preservação de sua autonomia. Isso implica em um processo de seleção cuidadosa, onde as normas importadas são avaliadas quanto à sua compatibilidade com a cultura e as necessidades locais. A soberania pode, assim, coexistir com a abertura a influências externas, desde que essa abertura seja feita de maneira consciente e respeitosa, buscando sempre o fortalecimento das instituições locais e a promoção do bem-estar da sociedade.

Conforme exposto por Mendes e Branco (2021, p. 1785):

[...] a soberania, no federalismo, é atributo do Estado Federal como um todo. Os Estados -membros dispõem de outra característica – a autonomia, que não se confunde com o conceito de soberania. A autonomia importa, necessariamente, descentralização do poder. Essa descentralização é não apenas administrativa, como, também, política. Os Estados-membros não apenas podem, por suas próprias autoridades, executar leis, como também é -lhes reconhecido elaborá-las. Isso resulta em que se perceba no Estado Federal uma dúplice esfera de poder normativo sobre um mesmo território e sobre as pessoas que nele se encontram, há a incidência de duas ordens legais: a da União e a do Estado –membro.

Assim, enquanto a soberania é uma característica que se aplica ao Estado como um

todo, englobando a capacidade de se relacionar com outros países e gerir assuntos de interesse nacional, a autonomia dos Estados-membros refere-se à sua capacidade de gerir questões locais, legislar e executar políticas de forma independente, dentro dos limites estabelecidos pela Constituição.

Referida descentralização do poder representa um aspecto vital do federalismo, permitindo que diferentes regiões se ajustem às suas especificidades e necessidades, promovendo uma governança mais próxima da população. A coexistência de duas ordens legais — a da União e a dos Estados — também ilustra a complexidade das relações jurídicas e administrativas dentro do Estado Federal, sendo essencial para a promoção da diversidade e da pluralidade na aplicação das leis.

Tal modelo, embora traga benefícios, também pode gerar desafios, como conflitos de competência e a necessidade de um sistema judiciário que consiga harmonizar as legislações em questão, assegurando que os direitos dos cidadãos sejam respeitados em todas as esferas.

## A INFLUÊNCIA DA AI ACT EUROPEIA NO DIREITO BRASILEIRO: DESAFIOS CONSTITUCIONAIS

A regulação da inteligência artificial (IA) tem se tornado uma questão central nas discussões jurídicas contemporâneas, especialmente no âmbito internacional. A União Europeia, por meio do AI Act, busca estabelecer um marco regulatório robusto para o desenvolvimento e uso da IA, impondo regras que visam garantir a segurança, a transparência e o respeito aos direitos fundamentais. Essa iniciativa repercute além das fronteiras europeias, despertando reflexões em países como o Brasil sobre a adequação de seus marcos legais às novas realidades tecnológicas.

O AI Act, ao classificar as tecnologias de IA em diferentes níveis de risco, busca assegurar que sistemas de alto impacto, como os utilizados em áreas sensíveis (saúde, justiça e segurança pública), sejam desenvolvidos e operados com um grau elevado de responsabilidade.

Entretanto, há uma preocupação salutar com questões relacionadas à privacidade, bem como, soberania. Contudo, muito antes da promulgação da Constituição de 1988 e do Código Civil de 2002, a privacidade já era reconhecida entre os direitos de personalidade no sistema jurídico brasileiro, como lembra Leonardi (2011).

Esse modelo de regulação traz desafios e inspirações para o ordenamento jurídico brasileiro, que ainda não conta com um marco específico voltado para a inteligência artificial.

No entanto, o Brasil já se encontra em uma fase de preparação, discutindo propostas legislativas e diretrizes éticas que podem, de forma direta ou indireta, ser influenciadas pelas premissas estabelecidas no AI Act.

Do ponto de vista constitucional, a adoção de um regime regulatório inspirado na legislação europeia suscita importantes questionamentos. O primeiro deles é a compatibilidade desse modelo com os direitos e garantias fundamentais assegurados pela Constituição de 1988, especialmente no que se refere à privacidade, à proteção de dados pessoais e ao direito à não discriminação (Tavares, 2020).

A inteligência artificial, quando utilizada sem salvaguardas adequadas, pode exacerbar desigualdades e gerar práticas discriminatórias, o que exigiria do legislador brasileiro uma adaptação cuidadosa, em consonância com o princípio da dignidade da pessoa humana, um dos pilares do constitucionalismo brasileiro.

Outro ponto relevante está relacionado à autonomia dos indivíduos frente às decisões automatizadas. O AI Act impõe requisitos de explicabilidade e supervisão humana, na tentativa de mitigar os riscos de decisões obscuras ou enviesadas. No Brasil, esse debate encontra eco na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que já dispõe sobre a revisão de decisões automatizadas.

No entanto, é necessário refletir se essa proteção, tal como delineada na LGPD, é suficiente para atender aos desafios impostos pela complexidade crescente dos sistemas de IA. Além disso, a necessidade de mecanismos mais rigorosos de controle e fiscalização poderá gerar um choque de paradigmas com práticas normativas vigentes, demandando uma harmonização que preserve a eficácia constitucional.

A regulação da inteligência artificial também coloca à prova a capacidade do Estado brasileiro de fiscalizar e regular de maneira eficiente o uso dessas tecnologias. No contexto europeu, a criação de uma autoridade central de supervisão prevista pelo AI Act é um dos pilares do modelo regulatório. No Brasil, a estruturação de uma agência específica para essa finalidade poderia ser uma solução, ainda que a criação de novos órgãos reguladores dependa de uma análise criteriosa sobre sua viabilidade e competência técnica.

Sendo assim, o impacto da regulação da IA no ambiente econômico e tecnológico nacional também deve ser considerado. A inovação tecnológica, embora precise ser regulada para evitar abusos, não pode ser sufocada por um regime jurídico excessivamente rígido, sob o risco de prejudicar o desenvolvimento e a competitividade do país.

Desse modo, qualquer tentativa de importar ou adaptar os princípios da AI Act para o Brasil deverá equilibrar os imperativos de proteção dos direitos fundamentais com a

necessidade de fomentar um ambiente favorável à inovação.

O AI Act da União Europeia, ainda que destinado ao contexto europeu, inaugura uma fase de reflexão global sobre o futuro das tecnologias inteligentes. O Brasil, diante desse cenário, é chamado a repensar seu próprio marco jurídico e a confrontar os desafios que surgem com a expansão da inteligência artificial.

Nesta senda, a elaboração de uma regulação nacional, inspirada ou não nos moldes europeus, deverá ter como norte os princípios constitucionais que estruturam o Estado Democrático de Direito, conciliando inovação, proteção de direitos e o fortalecimento da democracia.

## DIREITOS FUNDAMENTAIS E A PROTEÇÃO CONTRA RISCOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL

A disseminação da inteligência artificial (IA) apresenta desafios profundos para a proteção dos direitos fundamentais no Brasil, especialmente à medida que essa tecnologia se integra cada vez mais em atividades cotidianas e em setores críticos como saúde, segurança e economia.

Embora a IA ofereça inúmeras vantagens, como eficiência e inovação, também levanta preocupações sobre possíveis violações de direitos, o que exige uma reflexão criteriosa sobre como o ordenamento jurídico brasileiro pode responder aos riscos associados ao seu uso.

Os direitos fundamentais, consagrados na Constituição Federal de 1988, servem como base para a proteção da dignidade humana, da privacidade, da igualdade e da liberdade. No contexto da inteligência artificial, essas garantias assumem novas dimensões.

O uso de sistemas de IA para coletar, processar e analisar dados pessoais, por exemplo, pode comprometer a privacidade dos cidadãos, especialmente quando feito de forma indiscriminada ou sem transparência. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) já estabelece diretrizes para a coleta e uso de informações pessoais no Brasil, mas o desenvolvimento de tecnologias de IA demanda uma adaptação constante dessa legislação, a fim de abranger novos riscos que podem surgir com o avanço da tecnologia.

Outro ponto relevante é a questão da discriminação algorítmica. A inteligência artificial, ao basear-se em grandes volumes de dados, pode reproduzir e amplificar preconceitos históricos e sociais, afetando diretamente o direito à igualdade. Isso ocorre quando algoritmos são treinados com dados enviesados, resultando em decisões discriminatórias, como a negação de crédito ou a limitação de acesso a serviços essenciais

para determinados grupos sociais.

Assim, para proteger os cidadãos contra esses riscos, é fundamental que os sistemas de IA sejam desenvolvidos com transparência, garantindo que os processos decisórios sejam auditáveis e que haja mecanismos de correção para eventuais desvios.

A proteção dos direitos fundamentais diante da IA também se conecta à questão da liberdade, especialmente no que diz respeito à liberdade de expressão e à autodeterminação informativa. Os algoritmos de IA frequentemente são usados para monitorar comportamentos e influenciar decisões, seja por meio de plataformas digitais que direcionam conteúdo ou por sistemas de vigilância que limitam a autonomia dos indivíduos.

No Brasil, essas práticas podem esbarrar em garantias constitucionais, como o direito à liberdade de expressão, que assegura a pluralidade de ideias e impede que os cidadãos sejam silenciados ou manipulados por sistemas automatizados.

Para tanto, a IA traz implicações diretas para o direito à segurança e à integridade física. O uso de IA em sistemas de vigilância, por exemplo, pode resultar em monitoramento excessivo ou vigilância em massa, violando o direito à privacidade e a liberdade de movimento.

Esses sistemas também são utilizados em tecnologias de reconhecimento facial, que têm sido criticadas por sua margem de erro, especialmente em relação a pessoas de grupos étnicos minoritários. A adoção de IA na segurança pública exige um debate aprofundado sobre a proporcionalidade e a necessidade de seu uso, com vistas a garantir que a tecnologia não seja utilizada de forma abusiva ou desproporcional.

Outrossim, a proteção contra os riscos da IA no Brasil deve estar acompanhada de mecanismos de fiscalização e responsabilização eficientes. É essencial que a regulação da IA contemple a criação de órgãos ou instituições capazes de monitorar o uso dessas tecnologias e assegurar que os direitos fundamentais dos cidadãos sejam respeitados.

A responsabilização dos agentes envolvidos na implementação de sistemas de IA deve ser clara, assegurando que os desenvolvedores, operadores e usuários dessas tecnologias sejam devidamente responsabilizados por danos causados.

A regulação da inteligência artificial no Brasil, assim, precisa não apenas assegurar a inovação tecnológica, mas também proteger os direitos fundamentais da população contra os riscos inerentes a essa tecnologia. O equilíbrio entre esses dois objetivos é fundamental para garantir que a IA seja utilizada de maneira ética, justa e em conformidade com os princípios constitucionais que orientam a proteção da dignidade humana no país.

## PERSPECTIVAS PARA O FUTURO: A CONSTRUÇÃO DE UMA REGULAÇÃO BRASILEIRA PARA A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

O avanço exponencial da inteligência artificial (IA) no cenário global tem colocado em pauta a necessidade de regulamentações que garantam o uso ético e seguro dessa tecnologia. No Brasil, o desafio de construir uma regulação eficiente para a IA envolve uma série de fatores que vão desde a proteção dos direitos fundamentais até a promoção da inovação tecnológica.

As perspectivas para a criação de um marco regulatório robusto indicam a necessidade de um equilíbrio entre o incentivo ao desenvolvimento tecnológico e a mitigação dos riscos associados à implementação de sistemas automatizados. Assim, o ponto de partida para essa construção passa pela definição de princípios orientadores claros, que assegurem o respeito à dignidade da pessoa humana, à privacidade e à igualdade.

A regulamentação da IA no Brasil deve ser alinhada a marcos já consolidados, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), ampliando a proteção dos direitos dos indivíduos no que se refere ao uso de dados pessoais e às decisões automatizadas. Na mesma toada, a transparência dos algoritmos e a explicabilidade dos sistemas de IA devem ser prioridades para que os cidadãos compreendam os impactos das tecnologias utilizadas em suas vidas cotidianas (Pinheiro, 2020).

Outro aspecto importante é a necessidade de estabelecer diretrizes específicas para a responsabilidade civil e penal no uso de IA. A crescente automatização de decisões em diversas áreas, como saúde, justiça e segurança, demanda uma reflexão sobre quem será responsabilizado por eventuais erros ou violações de direitos cometidos por sistemas baseados em IA (Bioni, 2020).

Assim, a regulação deve definir com precisão os critérios de responsabilização de desenvolvedores, usuários e operadores dessas tecnologias, assegurando que os danos causados pela inteligência artificial sejam devidamente reparados e que haja mecanismos eficientes de fiscalização.

A criação de um marco regulatório eficaz também deve considerar as implicações econômicas da IA no Brasil. A revolução tecnológica trazida pela IA impacta diretamente o mercado de trabalho, com a substituição de postos de emprego tradicionais por novas formas de trabalho baseadas na automação (Sousa; Franco, 2020).

Nesse cenário, é fundamental que a regulação brasileira contemple políticas que promovam a requalificação profissional e a inclusão digital, de modo a evitar o aumento das desigualdades sociais e garantir que os benefícios da IA sejam distribuídos de maneira equitativa.

Outro desafio para o Brasil será conciliar a regulação da IA com o estímulo à inovação

e ao desenvolvimento de tecnologias nacionais. O país precisa criar um ambiente regulatório que seja ao mesmo tempo seguro e propício ao desenvolvimento de novas soluções em IA, evitando excessos burocráticos que possam desestimular a pesquisa e o empreendedorismo.

Para tanto, a legislação brasileira deverá promover a colaboração entre o setor público, o setor privado e a academia, incentivando a criação de parcerias estratégicas que permitam o avanço tecnológico de forma integrada e sustentável.

No cenário internacional, o Brasil deve seguir os exemplos de boas práticas regulatórias adotadas por países como a União Europeia e os Estados Unidos, que já avançaram em suas discussões sobre o uso ético e seguro da IA. No entanto, é essencial que o país desenvolva uma regulação que leve em conta suas particularidades sociais, econômicas e culturais, adaptando os modelos internacionais às necessidades e realidades brasileiras.

Cabe ressaltar, que, no sistema normativo vigente, o termo “regulação” é utilizado em diversos sentidos, como se observa:

Assim, nas ocasiões em que a Constituição da República faz referência à atividade de regular e aquelas que lhes são comuns ou cognatas – como regulação (substantivo), regulada ou regulador (adjetivo) –, pretende-se referir à produção de normas jurídicas pelo Estado; daí falar-se em regulação estatal. A Constituição da República faz referência à regulação estatal como meio de produção normativa primária (atribuição constitucionalmente confiada ao Poder Legislativo; e.g., art. 5º, XXXI, XLVI, art. 18, § 2º) ou secundária (atribuível ao aparato estatal para dar cumprimento à lei; e.g., art. 5º, LXXI, art. 21, XI, art. 49, V, art. 84, IV, art. 87, II), havendo ocasiões que se faz alusão às duas espécies normativas (primária e secundária), caso do art. 102, I, ‘q’. Mas não é só. Segundo a Constituição da República, a regulação estatal pode ser realizada no exercício da função legislativa (art. 102, I, ‘q’, e.g.), administrativa (art. 102, I, ‘q’, e.g.) e jurisdicional (art. 103-B,

§ 4º, I), além de também poder ser realizada pelo Ministério Público nas funções que lhe são típicas (art. 130-A, § 2º, I). Neste contexto, passamos a nos referir à regulação estatal desempenhada no exercício da função administrativa como regulação administrativa (Zockun, *et al*, 2024, p. 145).

Desse modo, a construção de uma regulação para a IA no Brasil deve ser feita de maneira participativa e inclusiva. O processo legislativo deve contar com a ampla participação de especialistas, sociedade civil, empresas de tecnologia e outros atores envolvidos, garantindo que o marco regulatório reflita de forma equilibrada os interesses e preocupações de todos.

Apenas por meio desse diálogo aberto e transparente será possível criar uma regulação que responda adequadamente aos desafios e oportunidades que a inteligência artificial trará para o Brasil nas próximas décadas. Contudo, é necessário expandir as discussões a fim de adequá-las ao ordenamento, considerando a ausência de legislação específica, como se tem observado.

## ADAPTAÇÃO CONSTITUCIONAL BRASILEIRA ÀS NORMAS INTERNACIONAIS SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Para que haja a adaptação constitucional às normas internacionais é preciso compreender como ocorre a dinâmica em relação às fontes do Direito Internacional Público. Ocorre que, para que haja essa adaptação, é necessário que se observe como as fontes formais do Direito, entendidas como os métodos ou processos pelos quais as normas jurídicas são criadas, se incluem como diversas técnicas que legitimam uma norma como integrante do sistema jurídico, vinculando os sujeitos a quem se destinam.

É nesse contexto do Direito interno, que as principais fontes incluem a Constituição, as leis elaboradas por meio de um adequado processo legislativo, os costumes, os princípios gerais do Direito, além das decisões reiteradas dos tribunais, conhecidas como jurisprudência, especialmente em países que adotam a doutrina do *stare decisis*, onde os precedentes judiciais exercem caráter vinculante (Mazzuoli, 2020).

Com efeito, orienta-se:

Existem diversas fontes de normas jurídicas internacionais: Estados agindo bilateralmente, multilateralmente, Organizações Internacionais universais, como a ONU, ou regionais, como o Mercosul, e diversos outros foros, além das normas privadas fixadas entre empresas que, embora possam ter efetividade na regulação de determinados temas, não são tratados. No direito internacional contemporâneo vive- se um processo de descentralização das fontes, ou seja, a quantidade de instâncias produtoras de normas internacionais aumenta gradualmente (Varella, 2019, p. 46).

A crescente influência da inteligência artificial (IA) no cenário global tem impulsionado a criação de normas internacionais para regular o uso dessa tecnologia em diversos países. No Brasil, a adaptação do ordenamento jurídico, especialmente no que concerne à Constituição Federal de 1988, a essas normas emerge como um tema de relevância para assegurar a conformidade com os parâmetros éticos e jurídicos que permeiam o debate internacional.

As normas internacionais sobre IA, promovidas por organizações como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a União Europeia, têm enfatizado a necessidade de garantir que o desenvolvimento e a aplicação dessa tecnologia respeitem direitos humanos, assegurem a dignidade da pessoa humana e promovam o uso responsável da IA.

É importante ressaltar que todo Estado soberano possui a capacidade de celebrar

tratados, assim como as organizações internacionais. Nesse contexto, é essencial identificar quem está autorizado a atuar em nome dessas entidades jurídicas durante o processo de negociação, consoante escólio doutrinário de Rezek (2018).

Ao contrário do poder de celebrar tratados, que é regulado pelo direito público interno de cada entidade, a representação externa do Estado é uma questão de direito internacional, consolidada por meio de práticas costumeiras e atualmente regulamentada pela Convenção de Viena (Rezek, 2018).

Para compreender essa dinâmica, é fundamental analisar o papel jurídico do chefe de Estado. A representação do Estado em nível internacional é, em grande parte, exercida por seu chefe. Nas repúblicas presidencialistas, por exemplo, a responsabilidade pela condução da política externa é clara, semelhante ao que ocorre nas monarquias clássicas, onde a figura do chefe de Estado e do chefe de governo é unificada.

No entanto, mesmo em sistemas parlamentaristas, onde o chefe de Estado não assume responsabilidades de governo - que são delegadas ao gabinete liderado pelo primeiro-ministro

- a capacidade irrestrita do chefe de Estado para representar o país em questões de tratados permanece intacta (Teixeira, 2020).

Embora seja comum afirmar que os chefes de Estado em regimentos parlamentares não governam ativamente, sua função simboliza a soberania do Estado, sendo essa representatividade fundamental para a celebração de acordos internacionais (Teixeira, 2020).

Essas diretrizes alusivas às IA incluem questões como privacidade, proteção de dados, não discriminação, transparência e responsabilização dos sistemas automatizados. A aplicação desses princípios no Brasil exige uma revisão cuidadosa das estruturas jurídicas, com especial atenção ao impacto da IA nos direitos e garantias constitucionais.

A Constituição Brasileira, em seu artigo 5º, assegura um extenso rol de direitos fundamentais, incluindo o direito à privacidade, à igualdade e à não discriminação (BRASIL, 1988). No contexto da regulação da inteligência artificial, essas garantias são diretamente impactadas, pois a IA tem o potencial de interferir de maneira significativa em diversas esferas da vida privada, sobretudo no que se refere ao tratamento automatizado de dados pessoais.

Especifica-se, em relação à descentralização de fontes, que essa, origina-se na atribuição progressiva de competências e de capacidades dos Estados às Organizações Internacionais e supranacionais, permitindo inspirar, produzir, implantar e controlar o direito. E ademais:

O conjunto das normas e princípios resultantes dessas atribuições não é sempre coerente. O espírito que preside a extensão do direito internacional a assuntos até então internos deriva do crescimento da cooperação entre os Estados, fundada na vontade de atuar em comum, na escala internacional, para a resolução de alguns assuntos de interesse regional ou global. Claro, nenhum Estado é forçado a adotar uma norma internacional ou a participar de um processo de expansão do direito internacional, cedendo seus espaços de competência interna (Varella, 2019, p. 47).

Nota-se que a evolução das normas e princípios que compõem o direito internacional revela uma complexidade inerente, muitas vezes marcada pela falta de coerência. Esse fenômeno reflete um movimento mais amplo de colaboração entre os Estados, que buscam ações conjuntas para lidar com questões que transcendem fronteiras.

Entre os países há uma vontade de cooperar em nível internacional se intensificou, especialmente em áreas que afetam o bem-estar global ou regional, como meio ambiente, segurança e direitos humanos. Contudo, é importante ressaltar que a adesão a normas internacionais não é uma imposição; os Estados mantêm sua soberania e autonomia na decisão de participar ou não dessas iniciativas. Esse equilíbrio entre a responsabilidade coletiva e o respeito pela soberania estatal é fundamental para a dinâmica das relações internacionais contemporâneas.

Os Estados enfrentam continuamente um leque de decisões que requerem a concessão de certas prerrogativas em troca de benefícios jurídicos, políticos, econômicos, ambientais e outros. Para alcançar esses benefícios, é necessário que eles colaborem e se engajem em regulações que estão se tornando cada vez mais internacionalizadas (Varella, 2019).

Esse processo exige que os Estados realizem uma avaliação meticulosa das opções disponíveis, considerando as vantagens e desvantagens envolvidas na adesão ou recusa às diversas normas que se apresentam durante as negociações, as quais moldam o sistema jurídico internacional. Essa análise constante é essencial para que as nações possam maximizar os ganhos e minimizar os riscos associados às suas escolhas no cenário global (Mazzuoli, 2020).

Esse aspecto já é parcialmente abordado pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que busca assegurar a proteção da privacidade e a transparência no uso de informações pessoais, mas que pode necessitar de ajustes conforme as diretrizes internacionais sobre IA evoluem.

A regulamentação jurídica sobre proteção de dados pessoais no Brasil antes da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) estava dispersa em diversas normas, o que dificultava a formação de um "sistema protetivo" efetivo (Teixeira; Guerreiro, 2022).

Antes da LGPD, a proteção de dados pessoais era abordada por dispositivos como o

artigo 5º da Constituição Federal (CF/88), que garante o direito à privacidade e à retificação de dados (BRASIL, 1988); a Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2011), que exige transparência e respeito à intimidade no tratamento de informações pessoais (BRASIL, 2011); o Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/90), que assegura aos consumidores o direito de corrigir informações (brasil, 1990); o Código Civil de 2002, que inclui os direitos de personalidade (BRASIL, 2002); e o Marco Civil da Internet (Lei n. 12.965/2014), que estabelece a proteção de dados pessoais como princípio fundamental para o uso da internet (BRASIL, 2014).

Com a promulgação da LGPD (Lei n. 13.709/2018), o Brasil consolida um sistema protetivo específico para dados pessoais, que define princípios para a coleta e tratamento de dados, direitos dos titulares e deveres dos controladores (BRASIL, 2018). A LGPD complementa as leis preexistentes, o que evidencia no artigo 45 e reforça a aplicação do Código de Defesa do Consumidor no contexto de dados pessoais.

Além da proteção de dados, a inteligência artificial levanta questionamentos sobre a responsabilidade por decisões automatizadas e seus impactos na esfera dos direitos civis e sociais. A previsão constitucional de que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, deve ser um parâmetro para o desenvolvimento de marcos regulatórios sobre IA que garantam a não discriminação por algoritmos ou sistemas automatizados, os quais podem, muitas vezes, reproduzir vieses existentes na sociedade.

Assim, a conformidade com as normas internacionais sobre IA implica a criação de mecanismos de controle e transparência que permitam não apenas a supervisão adequada dos sistemas, mas também a responsabilização das partes envolvidas no desenvolvimento e uso da IA (Rezek, 2019).

Outro aspecto relevante é a necessidade de harmonização da regulação da IA com os princípios constitucionais que regem a ordem econômica e social brasileira. A inteligência artificial tem o potencial de transformar profundamente o mercado de trabalho, automatizando funções e criando novas formas de trabalho digital (Tavares, 2020).

O artigo 6º da Constituição, que estabelece como direitos sociais o trabalho, a educação, a saúde, entre outros, deve orientar a adoção de políticas públicas voltadas para a mitigação dos impactos socioeconômicos da IA, em consonância com os tratados e convenções internacionais.

A adoção de normas internacionais sobre inteligência artificial no Brasil também requer atenção ao princípio da soberania nacional, consagrado no artigo 1º da Constituição. Ao mesmo tempo que o país precisa adequar-se às normativas globais, é necessário garantir

que as especificidades do contexto brasileiro sejam levadas em conta na regulação da IA, assegurando que o processo de adaptação não se limite a uma mera transposição de diretrizes externas, mas que reflita as particularidades sociais, culturais e econômicas da nação (Mazzuoli, 2020).

Desse modo, a adaptação constitucional brasileira às normas internacionais sobre IA é um processo que envolve a harmonização de princípios constitucionais com as diretrizes globais em constante evolução. Esse processo deve garantir que o uso da inteligência artificial seja pautado pela promoção dos direitos fundamentais, pela proteção da privacidade, pela igualdade de oportunidades e pela responsabilização adequada, sem deixar de respeitar a soberania e as particularidades nacionais (Tavares, 2020).

À medida que a IA se torna uma tecnologia predominante no cenário global, a necessidade de criar normas que regulem seu uso e desenvolvimento se intensifica. Isso exige que o Brasil, ao integrar essas diretrizes, não apenas reconheça a importância da proteção dos direitos fundamentais, mas também que considere as especificidades sociais e culturais do país.

A interação entre o direito internacional e o direito interno é essencial nesse contexto, pois o Brasil, enquanto estado soberano, deve adotar práticas que respeitem suas próprias normas e valores. A Constituição de 1988 já estabelece uma base sólida em relação à proteção dos direitos da personalidade e à dignidade humana, elementos fundamentais que devem ser considerados na criação de marcos regulatórios sobre IA (Mendes; Branco, 2021).

O desafio é fazer com que essas normas internacionais não se tornem meramente um reflexo das diretrizes globais, mas uma adaptação que respeite e fortaleça os direitos dos cidadãos brasileiros.

Ademais, a descentralização das fontes do direito internacional aponta para um cenário onde diferentes atores – como empresas, organizações internacionais e instituições governamentais – participam ativamente na criação de regras que influenciam o uso da IA. A implementação de diretrizes que abordam a transparência, a privacidade e a não discriminação é vital, principalmente quando consideramos o impacto da IA em processos decisórios automatizados que podem perpetuar preconceitos existentes (Mazzuoli, 2020).

A experiência prática, já iniciada pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), pode servir como um modelo para a abordagem regulatória frente à IA. Essa legislação não só estabelece princípios para o tratamento de dados mas também representa um passo importante no sentido de construir um sistema que zela pela privacidade e pelos direitos dos indivíduos.

Entende-se, portanto, que a convivência entre normas internacionais e o direito

interno, especialmente no que se refere à inteligência artificial, exige um comprometimento por parte do Brasil em trabalhar ativamente pela construção de uma ordem jurídica que não apenas se adapte às exigências globais, mas que também reflita a complexidade e a riqueza do tecido social brasileiro.

A busca por um equilíbrio entre o cumprimento das normativas internacionais e a proteção da soberania e dos direitos nacionais será crucial para garantir uma implementação eficaz e justa da IA em território brasileiro.

## PROPOSTAS LEGISLATIVAS E INICIATIVAS GOVERNAMENTAIS NO BRASIL: O PAPEL DA GOVERNANÇA DIGITAL

Conforme se tem observado, grandes tendências globais deverão continuar transformando profundamente as empresas, com destaque para o impulso tecnológico e as inovações voltadas à resolução dos maiores problemas da humanidade.

A Constituição Federal de 1988 inclui a palavra "inovação" em seu texto, mas não oferece uma definição explícita do termo. Contudo, o texto constitucional evidencia que a inovação não se restringe nem se reduz a inovações meramente tecnológicas ou científicas, uma vez que a expressão surge termos como "tecnologia", "ciência" e "pesquisa" em diversos artigos e parágrafos.

Nos estudos sobre inovação, é comum referir-se ao conceito desenvolvido por Schumpeter, que, ao analisar o capitalismo, o socialismo e a democracia, identifica como motor do sistema capitalista o surgimento de novos bens de consumo, métodos de produção ou transporte, mercados e formas de organização industrial promovidas pela iniciativa capitalista — elementos que ele denomina de inovação (Neves Junior, 2020).

Para Schumpeter, a inovação representa uma transformação em algum fator de produção ou no próprio processo produtivo, funcionando como um impulsionador do ciclo econômico e, em última instância, do desenvolvimento econômico. Nesse sentido, ele entende que as organizações devem estar preparadas para responder às demandas emergentes das sociedades, adaptando-se continuamente (Neves Junior, 2020).

Esse processo exige que as organizações reestruturem seus métodos de trabalho, desenvolvam novos produtos e serviços e aprimorem os já existentes, mantendo-se alinhadas às dinâmicas de evolução social e econômica (Neves Junior, 2020).

Nesse sentido, a transformação digital se apresenta como um dos principais motores de mudança, abrangendo a computação em nuvem, a internet das coisas (IoT), a indústria 4.0

e a inteligência artificial (IA). O desenvolvimento da IA tem trazido inovações de grande alcance, como veículos autônomos, robôs e outras tecnologias que terão repercussões significativas.

Além dos desafios a serem enfrentados, observa-se a construção de uma nova dinâmica social, que exige transformações no modo como pessoas e organizações interagem. Esse cenário reforça a importância de práticas éticas e transparentes no relacionamento entre empresas e seus parceiros. Com isso, o conceito de governança corporativa ganha relevância, estruturando e orientando as ações necessárias para responder a essas demandas de maneira eficaz e responsável (Atheniense, 2020).

A reputação se tornou um dos ativos mais valiosos e vulneráveis nos tempos atuais. Advogados e escritórios de advocacia enfrentam cada vez mais dificuldades para projetar a imagem desejada na internet. Hoje, o currículo profissional vai além das informações fornecidas por cada pessoa sobre si mesma nas plataformas digitais.

É essencial estar atento à movimentação de ex-funcionários, colaboradores, fornecedores e clientes insatisfeitos, pois esses grupos frequentemente representam as principais fontes de risco, demandando um monitoramento constante dos conteúdos que circulam a seu respeito na web (Atheniense, 2020).

Destaca ainda, o autor, que, no entanto, apenas monitorar não é suficiente; é imprescindível ter um plano de contingência bem estruturado para lidar rapidamente com possíveis incidentes de reputação, evitando que um fato isolado se transforme em uma crise maior.

A dificuldade de controlar a publicação de terceiros sobre nossa imagem profissional deve ser sempre considerada. Hoje em dia, qualquer indivíduo pode atuar como mídia na internet, além de se tornar um paparazzo em potencial (Atheniense, 2020).

O fortalecimento da governança digital no Brasil demanda iniciativas legislativas e políticas governamentais que promovam a modernização da infraestrutura digital, assegurem a proteção de dados pessoais, reforcem a segurança cibernética e ampliem a inclusão digital. Tais medidas devem garantir que a digitalização ocorra de maneira ética, transparente e com respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos (Barbieri, 2020).

Nesse sentido, aponta-se que a criação de uma Lei de Governança Digital Integrada é essencial para estabelecer normas que padronizem o uso de tecnologias nos setores público e privado. Essa lei definiria diretrizes para a interoperabilidade de sistemas, acesso a dados abertos e princípios éticos para o uso de inteligência artificial, configurando papéis e responsabilidades específicas para o manejo de novas tecnologias.

No mesmo sentido, considera-se a expansão da infraestrutura digital nacional, especialmente em regiões rurais e menos desenvolvidas um fator preponderante para promoção da inclusão digital e garantia do acesso à internet de qualidade. Para tanto, é necessário que haja investimentos em tecnologias como 5G e fibra óptica, apoiados por parcerias público-privadas, são iniciativas fundamentais para impulsionar o desenvolvimento de cidades inteligentes e ampliar o acesso a serviços públicos digitais (Barbieri, 2020).

A criação de uma Agência Nacional de Governança e Ética Digital surge como medida indispensável para a promoção da transparência, proteção de dados e ética digital, além de coordenar iniciativas de governança e regulamentar o uso de tecnologias emergentes. Esse órgão autônomo desempenharia um papel de monitoramento, investigando violações de privacidade e elaborando políticas que orientem o uso seguro de tecnologias tanto no setor público quanto no privado.

Outro aspecto relevante está no incentivo à conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e na adoção de boas práticas de governança digital, por meio de benefícios fiscais ou redução de encargos regulatórios, de modo a que empresas e organizações adotem padrões elevados de proteção de dados. A criação de programas de certificação de boas práticas incentivaria uma cultura de governança ética no tratamento de dados pessoais, gerando segurança jurídica e confiabilidade no setor.

No campo educacional, a implementação de um Programa Nacional de Educação e Conscientização Digital ajudaria a disseminar competências digitais essenciais entre cidadãos e profissionais, abordando temas desde habilidades básicas em tecnologia até questões avançadas como segurança digital e ética no uso da internet. Esse programa poderia ainda incluir o treinamento de funcionários públicos e profissionais em temas como governança digital e direitos digitais.

A criação de uma plataforma única para governança digital pública poderia centralizar o acesso a serviços digitais oferecidos pelo governo, facilitando a integração entre sistemas municipais, estaduais e federais e promovendo mais eficiência e transparência no atendimento ao cidadão. Tal plataforma também facilitaria o uso de dados governamentais de forma interoperável, simplificando processos administrativos e promovendo uma experiência mais ágil para os usuários.

O incentivo à pesquisa em inteligência artificial e Big Data, voltada para a melhoria da prestação de serviços públicos e da tomada de decisões, contribuiria para o fortalecimento da governança digital e o desenvolvimento de soluções tecnológicas que atendam ao interesse público. O financiamento de projetos de pesquisa em universidades e centros de inovação

possibilitaria o avanço de algoritmos transparentes e a análise segura e ética de grandes volumes de dados, criando novos parâmetros de eficiência no setor público.

O estabelecimento de um Índice Nacional de Governança Digital serviria como ferramenta para monitorar o progresso de estados e municípios na implementação de práticas de governança digital, fornecendo dados transparentes à sociedade e incentivando melhorias contínuas. Esse índice avaliaria aspectos como a implementação de serviços digitais, proteção de dados e transparência em processos governamentais, estabelecendo um parâmetro nacional de governança digital.

Não obstante, a criação de um Comitê Nacional de Proteção e Ética em Inteligência Artificial permitiria o acompanhamento e a regulamentação ética no uso da IA no Brasil, promovendo uma abordagem prudente e orientada à proteção de direitos. Esse comitê seria responsável por definir critérios de avaliação para sistemas de IA, realizando estudos sobre o impacto ético e social dessas tecnologias.

Essas iniciativas legislativas e políticas têm o potencial de construir uma base sólida para a governança digital no Brasil, assegurando que a digitalização seja conduzida de maneira segura e alinhada aos valores democráticos. A adoção dessas políticas contribuiria para o desenvolvimento de um ecossistema digital justo, inclusivo e orientado ao respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos, promovendo uma sociedade mais igualitária e tecnologicamente avançada.

## CENÁRIOS FUTUROS: POSSÍVEIS IMPACTOS NO JUDICIÁRIO E NOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO BRASIL

A crescente adoção de sistemas de inteligência artificial (IA) nas estruturas do Judiciário brasileiro acena para transformações que vão além da simples automação de tarefas administrativas. Tais mudanças envolvem a redefinição das práticas judiciais, o redimensionamento das garantias de acesso à justiça e a ponderação sobre o alcance dos direitos fundamentais no contexto de um Judiciário cada vez mais digital.

Resgatando preceitos tecnológicos, a Terceira Revolução Industrial, iniciada nos anos 1950, trouxe a computação para o cotidiano, com a popularização dos computadores pessoais e a criação da rede mundial de computadores, a internet, permitindo a conexão permanente entre pessoas em escala global (Tavares, 2022).

Nesse período, o computador e o chip tornaram-se elementos centrais, impulsionando a capacidade de armazenar, processar e transmitir informações digitalmente. Esse avanço não

apenas transformou praticamente todos os setores industriais, mas também alterou profundamente o trabalho e a vida social de bilhões de pessoas (Tavares, 2022).

Comenta Gregorio (2019) que o Judiciário integra o Núcleo Estratégico, o qual,

é determinante que as decisões tomadas sejam as mais acertadas e, posteriormente, que sejam cumpridas de maneira eficaz. Do mesmo modo, a implementação da gestão estratégica se torna essencial para aumentar a eficiência dos serviços. A aplicação de um modelo gerencial no Poder Judiciário é uma demanda constitucional, visando garantir uma entrega de qualidade em prazos reduzidos.

Assim, no contexto do Poder Judiciário, a incorporação dos computadores e da internet, desde essa revolução, reformulou os meios de comunicação e o fluxo de dados, modernizando o acesso à Justiça ao redor do mundo. Esse processo, entretanto, ocorreu sem grande reflexão sobre seus impactos futuros, sendo amplamente visto como um progresso positivo e inevitável, uma vez que os computadores representavam um avanço significativo em relação às ferramentas disponíveis até então e prometiam aprimorar os processos em todos os setores (Tavares, 2022).

A perspectiva de integração profunda da IA abre cenários que impactam diretamente a tutela dos direitos fundamentais, desafiando o sistema a equilibrar eficiência e proteção dos valores constitucionais, os quais, conforme Robi Filho (2013, p. 189):

Dentre as importantes liberdades e igualdades individuais fundamen- tais para o exercício da democracia nos incisos do art. 5o da CF, observam- -se (a) igualdade de gênero, (b) liberdades de pensamento, religiosa, inte- lectual, artística, científica e de comunicação sem censuras, (c) direito de resposta, (d) livre acesso às informações,

(e) liberdade de reunião e de as- sociação, (f) direito dos cidadãos receberem dos agentes estatais informações do seu interesse particular ou do interesse coletivo e geral, (g) direito de petição aos agentes estatais para defesa de direitos e contra ilegalidades e abuso de poder, (h) inafastabilidade do Judiciário para análise de ameaça ou lesão a direitos, (i) ações constitucionais para defesa de direitos. Esses direitos de liberdade e de igualdade permitem à construção de associações e reuniões dos cidadãos fundamentais para a democracia e para a formação de uma sociedade civil robusta, fato que Campos afirma ser ausente na sociedade brasileira. A análise das ações dos agentes estatais por meio das informações e das justificações das ações também é tutelada por essas liberdades.

Analisa-se o cenário em que o uso de IA no Judiciário pode aprimorar o processamento de dados e a análise de grandes volumes de informações, facilitando a identificação de padrões jurisprudenciais e a previsão de resultados. Essa prática otimiza o tempo dos magistrados, que podem, então, dedicar mais atenção aos casos complexos e delicados, promovendo maior celeridade nos processos e, por consequência, no atendimento ao princípio da duração razoável do processo.

Esse avanço, contudo, demanda vigilância em relação à transparência dos algoritmos e à possibilidade de questionamento das decisões baseadas em IA, evitando que o Judiciário se torne uma “caixa-preta” incompreensível ao cidadão. A opacidade dos algoritmos poderia obscurecer os critérios de decisão, o que, no limite, dificultaria a defesa de direitos fundamentais e o controle da atuação jurisdicional (Neves Junior, 2020).

A metáfora da "caixa-preta" revela um risco significativo: se as decisões são tomadas com base em critérios obscuros, isso pode prejudicar a defesa de direitos fundamentais e limitar o controle sobre a atuação do sistema judicial. Portanto, volta-se a que haja um esforço contínuo para desmistificar os processos de decisão baseados em IA, promovendo não apenas a eficiência, mas também a ética e a justiça. A transparência e a responsabilidade são fundamentais para que a tecnologia sirva de aliado e não de obstáculo à justiça social.

Outro impacto potencial refere-se à padronização das decisões judiciais. O uso de IA para sugerir ou fundamentar decisões traz uma promessa de maior uniformidade nas interpretações jurídicas, o que pode reduzir disparidades regionais e harmonizar a aplicação da lei (Tavares, 2022).

Entende-se, nesse aspecto, que a introdução de inteligência artificial no processo judicial tem o potencial de promover uma maior coesão nas decisões judiciais, o que é um avanço significativo. Ao oferecer sugestões ou fundamentações diretas para as sentenças, a IA pode ajudar a mitigar as variações que ocorrem devido a diferenças regionais ou interpretações pessoais dos juízes.

Essa uniformidade pode ser benéfica, pois contribui para uma aplicação mais equitativa da lei, proporcionando segurança jurídica e previsibilidade aos cidadãos. No entanto, é fundamental equilibrar essa padronização com a necessidade de uma análise crítica e contextualizada dos casos, garantindo que a individualidade e a complexidade das situações jurídicas não sejam completamente transcuradas em prol de uma eficiência mecânica.

No entanto, o uso intensivo de IA pode induzir a uma "massificação" das decisões, com o risco de desconsiderar as especificidades individuais de cada caso. Esse efeito seria especialmente problemático em temas de direitos fundamentais, nos quais as nuances e peculiaridades dos indivíduos e grupos envolvidos desempenham um papel essencial na proteção de direitos. A redução da análise personalizada comprometeria a equidade processual, em especial nos casos que envolvem vulnerabilidades socioeconômicas ou culturais.

Com efeito, levando em consideração que a implementação de inteligência artificial nos diversos tribunais pode gerar sinergias a serem exploradas, e reconhecendo os riscos

mencionados que também se aplicam ao uso da IA no contexto judicial, o CNJ estabeleceu a Resolução n. 332/2020 e a Portaria n. 271/2020, conforme descreve o Relatório de Pesquisa sobre O uso da Inteligência Artificial Generativa no Poder Judiciário Brasileiro, organizado pelo CNJ (2024).

“Essas normativas revelam uma preocupação não apenas com os benefícios que a inteligência artificial pode trazer, como a otimização de processos e a redução de *backlog*, mas também com os riscos associados à sua implementação. Ao regulamentar o uso da IA, o CNJ demonstra um compromisso com a transparência, a ética e a proteção dos direitos dos cidadãos, aspectos essenciais em um ambiente onde a tecnologia pode influenciar decisões judiciais.” (Carmo; Germinari, 2019).

O relatório sobre a pesquisa mencionada oferece uma base importante para entender como esses sistemas podem ser integrados de forma segura e responsável, promovendo uma justiça mais ágil e acessível, sem perder de vista os princípios fundamentais que regem a atividade jurisdicional. Essa abordagem equilibrada é crucial para garantir que os avanços tecnológicos contribuam positivamente para a sociedade.

No mesmo documento, apoia-se a informação de que essas normativas definem diretrizes para a documentação no CNJ, através da Plataforma Sinapses, que é responsável por armazenar, controlar versões, distribuir e auditar os modelos de IA utilizados nos tribunais brasileiros. Além disso, elas também estabelecem regras para a governança ética da IA, com o objetivo de garantir um desenvolvimento responsável e a gestão de riscos relacionados a direitos fundamentais previamente mencionados (CNJ, 2024).

No entanto, é preciso considerar também o risco de viés algorítmico, um desafio amplamente discutido no campo da IA. A construção de algoritmos pode carregar preconceitos históricos e estereótipos estruturais, que se refletiriam nas recomendações ou decisões judiciais baseadas nesses sistemas. À guisa de exemplo, pondera Pinto (2020, p. 48):

No Brasil, um bom exemplo de aplicabilidade de sistemas inteligentes no Direito é a elaboração de peças processuais pelo programa Dra. Luzia. Desenvolvido pela Legal Labs, seu objetivo é auxiliar procuradorias da Fazenda Pública ligadas ao ajuizamento de execuções fiscais. Ele extrai dados públicos que apoiam o peticionamento individual ou em bloco e efetua uma melhor gestão de tais processos em seu acompanhamento. Além disso, deve-se mencionar o importante projeto de pesquisa e desenvolvimento de aprendizado de máquina (machine learning) sobre dados judiciais das repercussões gerais do Supremo Tribunal Federal (STF). Victor, o programa foi desenvolvido pelo próprio STF em convênio com a Universidade de Brasília. Apesar de estar em fase inicial de desenvolvimento, tem pretensões bastante inovadoras; um dos objetivos básicos desse projeto é a aplicação das técnicas do *machine learning* na busca e no reconhecimento de padrões nos processos jurídicos relativos a julgamentos de repercussão geral do STF.

Em um contexto de direitos fundamentais, a introdução de vieses prejudiciais implicaria a replicação de desigualdades, afastando o Judiciário de seu compromisso de assegurar justiça igualitária. A falta de uma regulação robusta e de mecanismos de revisão humana sobre as recomendações automatizadas poderia ampliar esse problema, minando a confiança dos cidadãos nas decisões judiciais.

No mesmo tom, a IA desafia o conceito de *accountability* no Judiciário. No modelo tradicional, juízes e servidores são responsáveis e passíveis de fiscalização quanto aos atos processuais que praticam, enquanto a implementação de sistemas automatizados levanta questões sobre quem responderia em caso de erro ou violação de direitos. A falta de clareza sobre a responsabilidade e o controle dos atos processuais automatizados pode acarretar uma vulnerabilidade no sistema de prestação jurisdicional, fragilizando a segurança jurídica (Tavares, 2022).

Em termos de direitos fundamentais, o uso de IA no Judiciário impõe um escrutínio específico sobre os direitos à privacidade e à proteção de dados. O manejo de informações sensíveis exige que as ferramentas de IA respeitem princípios de segurança e confidencialidade, uma vez que o compartilhamento excessivo ou o armazenamento inadequado de dados pode comprometer a privacidade dos jurisdicionados.

Essa vulnerabilidade é acentuada no Brasil, onde a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) busca proteger os cidadãos, mas ainda enfrenta desafios de implementação, especialmente em setores públicos e judiciais (Teixeira; Guerreiro, 2022).

A situação da proteção de dados no Brasil, especialmente sob a égide da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), é realmente complexa. Embora a LGPD tenha sido um avanço significativo na proteção da privacidade e dos dados pessoais, sua implementação enfrenta diversos desafios, especialmente em órgãos públicos e no sistema judiciário. A conscientização e a capacitação das equipes sobre a importância da proteção de dados são fundamentais, uma vez que a manipulação inadequada de informações sensíveis pode resultar em consequências sérias.

Além disso, a integração de tecnologias, como a inteligência artificial, no âmbito público traz à tona preocupações adicionais, como a necessidade de garantir que essas ferramentas não comprometam a privacidade dos cidadãos nem violem suas garantias legais.

Assevera Bioni (2020), a proteção de dados pessoais transcende a divisão entre o público e o privado, diferenciando-se profundamente do direito à privacidade. Considerar a proteção de dados uma mera extensão do direito à privacidade é uma visão limitada que dificulta a compreensão de sua verdadeira natureza.

A transparência na utilização dos dados e a possibilidade de os cidadãos exercerem seus direitos sob a LGPD são cruciais nesse contexto. Portanto, é necessário um esforço conjunto das instituições para superar esses desafios, garantindo que a proteção de dados se torne uma realidade efetiva e não apenas uma diretriz normativa. A promoção de uma cultura de privacidade, juntamente com uma governança de dados robusta, pode ajudar a mitigar essas vulnerabilidades e proteger os direitos dos cidadãos.

Esse direito opera fora da dicotomia público-privado, sendo acionado sempre que uma informação se vincula a uma pessoa — conceito central de dado pessoal. Assim, direitos como o de acesso e retificação dos dados se inserem na esfera pública, já que visam assegurar que as informações pessoais representem fielmente o titular (Bioni, 2020).

Observa-se que o tratamento de dados pessoais impacta cada vez mais a vida das pessoas, especialmente quando se envolvem decisões automatizadas que podem definir aspectos centrais de seu futuro. Nessa perspectiva, o direito à proteção de dados abrange a dimensão relacional da pessoa humana, resguardando-a contra potenciais práticas discriminatórias, ultrapassando, assim, o campo de proteção oferecido pelo direito à privacidade.

Existem, portanto, liberdades individuais associadas ao direito à proteção de dados que não são abrangidas pela privacidade. O núcleo da proteção dos dados pessoais também difere: enquanto a privacidade foca na separação entre o público e o privado, a proteção de dados assume um caráter mais abrangente, voltado à integridade e à não discriminação no tratamento de informações pessoais, essencial à autonomia e dignidade do indivíduo em um contexto digital (Bioni, 2020).

Considera-se que o cenário futuro aponta para a necessidade de uma regulamentação específica para o uso de IA no Judiciário brasileiro. Tal regulação deve se preocupar não apenas com os aspectos técnicos e operacionais, mas, sobretudo, com os princípios que garantam uma atuação judicial comprometida com os valores constitucionais e a tutela dos direitos fundamentais.

É imperativo que o Judiciário se aproprie de mecanismos de controle e supervisão da IA, promovendo uma cultura de uso ético, transparente e justo da tecnologia, sem abdicar de sua missão central de proteger os direitos e garantir a justiça social.

Por essas considerações, o uso da inteligência artificial (IA) no Judiciário brasileiro representa uma transformação significativa, com impactos diretos nas dinâmicas de trabalho e na maneira como a justiça é administrada. Em uma área tradicionalmente marcada pela dependência do esforço humano e pela análise minuciosa de casos individuais, a introdução

de IA não só introduz um novo nível de eficiência, como também redefine o papel de juízes, advogados e servidores.

Uma das aplicações mais evidentes da IA no Judiciário está na automação de tarefas repetitivas e de alto volume, como a triagem de processos, a análise de documentos e a classificação de petições.

Sistemas de IA, com o uso de aprendizado de máquina, permitem processar rapidamente grandes quantidades de informações, reduzindo o tempo necessário para que um caso avance nas fases iniciais. Assim, a IA contribui para que o Judiciário responda com mais agilidade à crescente demanda processual, especialmente em tribunais sobrecarregados.

A análise de padrões jurisprudenciais é outra aplicação de destaque. Ao identificar tendências nas decisões judiciais anteriores, a IA pode fornecer insights valiosos para juízes e advogados, facilitando a pesquisa de precedentes e promovendo maior consistência nas decisões.

Ferramentas como essas auxiliam na uniformização de entendimentos e na previsão de resultados judiciais, o que, em tese, poderia tornar o Judiciário mais previsível e acessível. No entanto, essa padronização carrega o risco de uma aplicação “mecânica” da jurisprudência, desconsiderando as particularidades de cada caso e potencialmente limitando a interpretação do magistrado.

Outro ponto crítico no uso da IA no Judiciário envolve a questão da transparência e da supervisão dos algoritmos. Sistemas baseados em IA muitas vezes funcionam como “caixas- pretas”, nas quais o processo de tomada de decisão não é plenamente acessível ou compreensível.

Esse fator levanta questões sobre a *accountabilit**y*[1](#_bookmark4) das decisões automatizadas, uma vez que é essencial que os envolvidos possam questionar e entender os fundamentos de uma decisão, especialmente quando esta impacta direitos fundamentais.

Cabe ressaltar que, no Judiciário, o conceito de accountability envolve mecanismos que asseguram que magistrados e servidores sejam responsáveis por suas ações e decisões, especialmente no que se refere à transparência, integridade e aderência aos princípios constitucionais. A *accountability* no Judiciário ocorre em diversas frentes, envolvendo desde o controle interno e externo até a atuação de órgãos específicos e a transparência de suas

[1](#_bookmark3) Apesar de a utilização do termo accountability para reflexões teóricas ser recente, as relações sociais de accountability encontram-se fundamentadas na prática e na reflexão sobre o Estado de Direito1. Também, para uma compreensão das mudanças nas práticas de accountability na socieda- de e no Estado brasileiros, deve-se compreender em linhas gerais a cons- trução do Estado e dos mecanismos de accountability no Brasil (Robi Filho, 2013, p. 19).

atividades (Gregorio, 2020).

Os magistrados têm uma função fundamental no funcionamento do Estado Democrático de Direito, sendo responsáveis por aplicar a justiça e proteger os direitos dos cidadãos. No entanto, para que possam exercer suas funções de maneira eficiente e imparcial, é essencial que tenham garantidas certas condições, como uma remuneração adequada (Robi Filho, 2013).

Isso se relaciona diretamente com a teoria do principal/agente, que destaca a importância de equilibrar os interesses do magistrado (agente) com os objetivos da sociedade e do Estado (principal). Quando não há um arranjo institucional que promova essa harmonia, existe o risco de comprometer a eficácia do sistema.

Valter Moura do Carmo e Jefferson Patrik Germinari destacam; que, apesar dos avanços tecnológicos no Poder Judiciário, "essas tecnologias, por mais desenvolvidas que sejam, não se posicionam acima dos magistrados, mas ao seu lado, como ferramentas para apoiar a prática jurisdicional. Científico íntimo deve definitivamente permanecer sob domínio humano” (Carmo; Germinari, 2019, p. 270).

Na dinâmica de *accountability*, essa perspectiva é especialmente relevante. A *accountability* vertical, que se divide entre a responsabilização eleitoral e social, estabelece uma relação direta entre aqueles que governam e aqueles que são governados, enfatizando a necessidade de que os agentes (como os magistrados) ajam em conformidade com as expectativas e interesses da população (Robi Filho, 2013).

Por outro lado, a *accountability* horizontal envolve mecanismos de supervisão e fiscalização entre diferentes instituições, promovendo um sistema de *checks and balances* que garante que nenhum poder se torne excessivo ou abusivo (Gregorio, 2020).

Assim, aplicar o conceito de principal/agente no contexto da *accountability* permite um entendimento mais aprofundado das relações de responsabilidade e supervisão no sistema judiciário. Esse avanço é vital para definir um modelo de *accountability* que promova a transparência e a responsabilidade, respeitando também as necessidades e condições dos seus agentes, assegurando, por fim, a integridade do Estado de Direito. Essas considerações ajudam a esclarecer e fechar o conceito de *accountability*, compreendendo-o em sua complexidade e importância para o funcionamento de uma democracia saudável (Robi Filho, 2013).

Com efeito, são vedações impostas aos magistrados, conforme Tavares (p. 471):

A Constituição de 1988 veda aos juízes o exercício de determinadas atividades, procurando, ainda, evitar determinadas situações que poderiam sugerir uma quebra de confiança ou implicar uma violação da desejável imparcialidade judicial. Em seu conjunto, estas hipóteses podem ser denominadas vedações da Magistratura. [...] Estas regras restritivas destinam-se, pois, justamente a manter e reforçar a divisão funcional entre poderes e a autonomia judicial, intimamente conectadas com a imparcialidade. [...] Essas vedações são deveres impostos aos magistrados em sua vida privada e pública. Em realidade, as vedações podem e devem ser consideradas como garantias, no sentido já adotado nesta obra. São garantias da sociedade que se traduzem, agora, não mais em direitos (como é o caso da irredutibilidade de vencimentos), mas sim em deveres.

Nesse sentido, internamente, cada tribunal possui corregedorias responsáveis pela fiscalização da conduta dos magistrados e servidores. As corregedorias têm o papel de monitorar e investigar eventuais desvios, além de orientar sobre boas práticas de conduta, garantindo que a atuação judicial esteja em conformidade com normas éticas e procedimentais. Esse controle interno visa assegurar que as decisões e ações dos integrantes do Judiciário sejam pautadas pela legalidade e imparcialidade (Gregorio, 2020).

Externamente, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) exerce um papel central. Instituído pela Emenda Constitucional nº 45/2004, o CNJ possui atribuições que incluem a supervisão administrativa e financeira dos tribunais e a fiscalização do cumprimento dos deveres funcionais dos magistrados.

O CNJ também promove a transparência no Judiciário por meio de políticas de acesso à informação, possibilitando que a sociedade acompanhe indicadores de produtividade, gastos e processos. Essa supervisão aumenta a confiança pública na Justiça ao tornar os atos judiciais e administrativos passíveis de exame público.

A transparência é outro pilar fundamental da *accountability* no Judiciário, garantida por meio de portais de transparência que publicam dados sobre processos, decisões e estatísticas de desempenho. A divulgação das informações processuais permite que cidadãos, advogados e entidades de controle acompanhem o andamento das ações e as decisões proferidas, promovendo um ambiente em que o Judiciário é visto de forma mais acessível e responsável (Pinto, 2019).

A fundamentação das decisões judiciais também é essencial, uma vez que obriga o magistrado a justificar sua interpretação das normas jurídicas, garantindo que as partes envolvidas compreendam os motivos da decisão e que a sociedade possa avaliar se houve respeito aos princípios constitucionais.

Essa prática é reforçada pelo sistema de precedentes, que exige a vinculação das decisões dos tribunais superiores, como o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça, criando uma previsibilidade que permite à sociedade fiscalizar e criticar o Judiciário

com base em parâmetros estabelecidos.

A participação social e a atuação da imprensa são também componentes importantes. A cobertura jornalística e a crítica pública desempenham um papel de vigilância, expondo possíveis abusos de poder e incentivando a correção de práticas inadequadas. Em um contexto de *accountability*, o Judiciário deve manter um canal aberto e transparente com a sociedade, respondendo a críticas e acolhendo demandas por melhoria na sua atuação.

Filia-se, portanto, ao entendimento esposado por Gregorio (2020, p. 48):

A *accountability* recai sobre o magistrado, que precisa estar preparado para a gestão, auxiliado pelo seu diretor, cuja capacitação é primordial para introduzir reformas gerenciais e inovadoras dentro do Judiciário. De sorte que a implementação de mudanças gerenciais, organizacionais e nos serviços, constituem medidas indispensáveis para aprimoramento do Judiciário, seja na gestão administrativa, seja na gestão processual. Constitui terreno fértil à inovação o repensar os nossos modelos dentro de um olhar construído a partir das potencialidades da nova era, em que o conhecimento é de todos, a inovação é exponencial e o usuário está no centro da construção do serviço judicial.

Sendo assim, não se restringe ao controle sobre a conduta dos magistrados, mas abrange um conjunto de práticas e ferramentas que buscam a transparência, a responsabilidade e a confiança pública, em um esforço contínuo para adequar o sistema às expectativas da sociedade e aos valores democráticos.

Nesse sentido, a utilização de IA precisa ser acompanhada de mecanismos de auditoria e revisão, para assegurar que as decisões automatizadas estejam em conformidade com os princípios de transparência e acessibilidade. A proteção de dados e o direito à privacidade constituem outra dimensão sensível do uso de IA no Judiciário.

Face a essas nuances próximas, discutiu-se acerca dos mecanismos de supervisão discutidos nesta análise representam uma seleção particular da metodologia BEST, direcionando-se exclusivamente aos dispositivos que se conectam de maneira direta à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Com o intuito de manter a coerência e alinhamento metodológico, foram preservados os identificadores dos mecanismos estabelecidos na estrutura completa da metodologia BEST (Garcia, 2020).

A metodologia BEST propõe uma abordagem estruturada e detalhada de salvaguardas voltadas à proteção de dados, com especial ênfase na adequação regulatória e no fortalecimento da governança organizacional. O enfoque em uma metodologia que não apenas define, mas categoriza e prioriza práticas de monitoramento é fundamental em um contexto onde o tratamento de dados pessoais adquire centralidade jurídica e econômica (Garcia, 2020).

Nesse sentido, a integração de mecanismos específicos para a LGPD atende à necessidade de regulamentação técnica robusta e transparente, mitigando riscos jurídicos e éticos. Além disso, essa estruturação detalhada promove uma cultura de conformidade que vai além do mero cumprimento normativo, visando à criação de um ambiente de proteção contínua e efetiva aos direitos dos titulares de dados.

Com efeito, aponta-se:

O mapeamento dos artigos da LGPD identificou a aplicação de controles relativos aos seguintes programas: • PG00 – Programa de Gestão de Cibersegurança e Segurança da Informação • PG06 – Programa de Informações Protegidas • PG03 – Programa de Continuidade de Negócios • PG08 – Programa de Atitudes Seguras. A ordem lógica de implantação impõe o início pelos controles relativos ao PG00 – Programa de Gestão de Cibersegurança e Segurança da Informação. Esses controles, a rigor, não se referem diretamente à LGPD. Entretanto, a implantação do PG00 é necessária para que haja consistência e acompanhamento dos princípios da LGPD, além de ser uma forma de atender aos requisitos determinados em seu art. 50 (Garcia, 2020, p.46).

Processos judiciais frequentemente envolvem informações pessoais e confidenciais, o que demanda uma proteção rigorosa. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) impõe responsabilidades ao Judiciário no que diz respeito ao tratamento de dados sensíveis, e a utilização de IA deve ser projetada para respeitar esses limites. Sistemas inadequados de armazenamento e processamento podem expor dados pessoais a riscos de vazamento ou uso indevido, o que fragilizaria a confiança dos cidadãos no sistema judicial.

O uso da IA demanda o enfrentamento dos riscos de viés algorítmico. Como os sistemas de IA aprendem a partir de dados históricos, existe o risco de que perpetuem padrões de discriminação ou que reflitam preconceitos arraigados. Em um contexto judicial, essa reprodução de vieses poderia levar a decisões injustas, prejudicando grupos historicamente vulneráveis ou desfavorecidos.

Para mitigar esses riscos, é essencial que os sistemas de IA sejam periodicamente revisados e calibrados, de modo a assegurar que estejam alinhados aos princípios de equidade e justiça.

Outrossim, a introdução da IA no Judiciário brasileiro demanda uma regulamentação específica e detalhada, capaz de orientar seu uso com base em princípios éticos e constitucionais. Essa regulamentação deve estabelecer não só os limites da atuação automatizada, mas também as garantias de transparência, controle humano e proteção de direitos fundamentais.

Contudo, reconhece-se a evolução do uso de IA no Judiciário dependerá de uma

governança bem estruturada, que envolva não apenas técnicos e desenvolvedores, mas também juristas e especialistas em ética, para assegurar que a tecnologia avance em consonância com os valores constitucionais do sistema de justiça brasileiro.

Dando outra roupagem, especificamente sobre a construção de uma regulação brasileira para a inteligência artificial, inspirada no modelo europeu do *AI Act*, esse tipo de regramento pode trazer potenciais impactos significativos para o Judiciário e para os direitos fundamentais no Brasil.

Com o avanço de uma regulação nacional, diversos cenários podem se desenhar, cada um trazendo implicações específicas para o uso da IA na administração da justiça e na proteção de direitos fundamentais.

Um cenário em que a regulação brasileira adota uma abordagem rigorosa pode resultar em um Judiciário que exija controle estrito sobre o uso da inteligência artificial em processos judiciais e administrativos, como resultados prováveis.

Não obstante, salientam Carmo, Germinari e Galindo (2019, p. 264):

The greatest advantage obtained with digital processes is their dynamism, since it allows the parties to have broad and direct access to the deeds, and they can petition at any time, regardless of the working lines in which the processes are located, without harming their very ritualistic course and allowing any claim to be led to the masterful conclusion and consequent deliberation, a situation which in physical processes would be impossible to occur immediately.

Nesse contexto, os direitos fundamentais, como a privacidade, a igualdade e o devido processo legal, seriam reforçados, criando um padrão elevado de conformidade para empresas que desenvolvem sistemas de IA para o setor público e privado. Entretanto, é importante observar as seguintes nuances:

Uma demanda pela proteção dos dados pessoais não é sentida de forma uniforme em uma população de perfil socioeconômico bastante heterogêneo como a brasileira – pelo simples motivo de que a percepção da relevância da sua tutela desenvolve-se somente depois que uma série de outras necessidades básicas sejam satisfeitas. A grande parcela de brasileiros que possui menor poder de compra, por exemplo, reflete no fato de que suas informações pessoais possam eventualmente ser de menor interesse para entes privados, que focalizam a coleta de informações nos extratos com maior poder econômico – o que, por si só, afasta a demanda pela tutela, ao menos por esse motivo e em uma determinada faixa da população. Confirma-se, assim, que a necessidade de uma sociedade em estabelecer mecanismos de proteção de dados pessoais varia conforme o padrão médio de consumo de sua população, assim como de outros fatores como sua educação e a própria penetração da tecnologia no cotidiano, ecoando a sentença de Albert Bendich, de que “privacidade e pobreza são absolutamente contraditórios” (Doneda, 2020, p. 42).

Segue o mesmo raciocínio quando se idealiza um modelo de regulação altamente

centralizada, que poderia resultar na criação de uma agência nacional responsável pela supervisão do uso da IA em todos os setores, incluindo o Judiciário, responsabilizando desenvolvedores e operadores de IA por danos decorrentes de decisões automatizadas.

Nesse cenário, algoritmos aplicados no Judiciário passariam por um processo de certificação e auditorias periódicas para verificar sua conformidade com padrões éticos e legais. Embora esse tipo de supervisão possa mitigar riscos e proteger os direitos fundamentais, também pode gerar barreiras burocráticas, retardando a adoção efetiva da IA e impondo custos elevados de adequação. Portanto, seria necessário um equilíbrio cuidadoso entre segurança e inovação.

Uma regulação baseada em níveis de risco poderia classificar as aplicações de IA no Judiciário conforme o grau de impacto potencial sobre os direitos fundamentais e o devido processo legal. Sistemas de baixo risco, como ferramentas de otimização administrativa, teriam menos restrições, enquanto tecnologias que influenciam diretamente as decisões judiciais enfrentariam normas mais rigorosas ou até mesmo proibições.

Nesse caso, a categorização por níveis de risco exigiria investimentos significativos em pesquisa e desenvolvimento de práticas regulatórias que garantam uma classificação justa e ajustada às realidades locais, promovendo a inovação na administração pública e no Judiciário sem comprometer os direitos fundamentais.

Eventualmente, um modelo de autorregulação poderia ser adotado, no qual o Judiciário, em parceria com associações de tecnologia e outras instituições, desenvolveria códigos de conduta para o uso da IA. A responsabilidade pelo desenvolvimento e fiscalização dos sistemas de IA recairia sobre os próprios operadores de tecnologia, com a participação ativa de órgãos judiciais e da sociedade civil na definição de diretrizes éticas.

Essa autorregulação poderia reduzir a carga regulatória e permitir uma adaptação mais ágil às mudanças tecnológicas, embora o risco de insuficiência na fiscalização e a falta de padronização possam resultar em uma proteção limitada aos direitos fundamentais, gerando insegurança jurídica.

Cada um desses cenários revela as complexidades e as oportunidades envolvidas na regulação da inteligência artificial no Brasil. Independentemente do caminho escolhido, será essencial que a regulação adote uma abordagem que permita acompanhar a rápida evolução tecnológica enquanto protege os direitos fundamentais dos cidadãos.

CONCLUSÃO

A análise da regulação da Inteligência Artificial na União Europeia, especialmente através do AI Act, revelou-se fundamental para compreender não apenas os esforços europeus para estabelecer um marco regulatório eficaz, mas também suas implicações e possíveis influências no contexto jurídico brasileiro. Ao longo deste trabalho, foram discutidos os desafios e oportunidades apresentados pela IA, bem como a necessidade premente de uma regulação que se preocupe com a proteção dos direitos fundamentais e com a ética na sua aplicação.

Em relação ao Brasil, a pesquisa destacou que a adaptação do AI Act às especificidades do ordenamento jurídico brasileiro não é uma tarefa trivial. Desse modo, a compatibilidade entre as normas europeias e a Constituição Federal de 1988 é um ponto que deve ser abordado com cautela, especialmente considerando os direitos fundamentais consagrados no texto constitucional.

Os resultados obtidos evidenciam que a regulação europeia, ao introduzir normas claras e princípios orientadores, pode servir de modelo para a construção de um arcabouço legítimo e coeso no Brasil. Observou-se que, apesar das diferenças contextuais e culturais, a adoção de diretrizes internacionais pode contribuir para a consolidação de uma governança

digital responsável.

A implementação do AI Act na Europa não apenas marca um passo importante para a segurança e ética relacionada à IA, mas também instiga discussões sobre o papel da soberania na transposição de normas estrangeiras, um aspecto que o Brasil deve considerar com cuidado.

Destacou-se, ainda, que a integração dos princípios da IA no Brasil não está isenta de desafios. A análise dos direitos fundamentais em jogo e a necessidade de adequação constitucional foram cruciais para identificar lacunas e riscos associados à implementação das diretrizes europeias no contexto brasileiro. Em particular, a proteção contra os riscos da IA e a garantia de que as inovações tecnológicas respeitem os direitos dos indivíduos foram questões centrais que exigem atenção especial dos formuladores de políticas públicas.

Sendo assim, as perspectivas para a construção de uma regulamentação brasileira em sintonia com as normas internacionais demonstraram-se promissoras. As propostas legislativas já em debate e as iniciativas governamentais em andamento indicam uma disposição em avançar rumo a um modelo regulatório que não apenas atenda às demandas da inovação, mas também respeite os preceitos constitucionais e os direitos humanos.

No mesmo sentido, observou-se que a importação de normas estrangeiras, embora possa oferecer um caminho fértil para a construção de um arcabouço regulatório, deve ser realizada com um olhar atento às particularidades da realidade brasileira.

Outro ponto fundamental observado foi a necessidade de um engajamento contínuo com a sociedade e a transparência nas discussões sobre IA, uma vez que a tecnologia pode afetar diversos aspectos do cotidiano das pessoas. As iniciativas governamentais e as propostas legislativas atualmente em discussão, como o desenvolvimento de políticas de governança digital, sinalizam um caminho progressivo em direção a uma regulação que equilibre inovação e proteção ao cidadão.

A pesquisa conclui ainda que o caminho para uma regulação eficaz da IA no Brasil, inspirada pelo AI Act europeu, deve ser construído de forma colaborativa. É importante que o país busque não apenas implementar normas que se alinhem com as melhores práticas internacionais, mas que também criem um ambiente regulatório que respeite e promova a dignidade humana, a justiça social e a inclusão digital.

Nessa perspectiva, a pesquisa evidencia que, apesar das complexidades e desafios envolvidos, a construção de um marco regulatório para a IA que seja eficaz e respeitoso dos direitos fundamentais é não apenas desejável, mas necessário para garantir que a tecnologia atue como uma força positiva no avanço da sociedade, refletindo os valores e princípios de

uma democracia sólida e inclusiva.

Portanto, o manejo adequado da legislação e a participação ativa da sociedade civil são essenciais para o desenvolvimento de uma regulação que não apenas responda aos desafios atuais, mas que também anteveja e prepare o Brasil para os avanços futuros da Inteligência Artificial.

Este trabalho não apenas buscou elucidar as intersecções entre a regulação da IA na União Europeia e possíveis aplicações no Brasil, mas também incentivar um debate mais amplo sobre a importância de normas que garantam um desenvolvimento sustentável e ético da tecnologia.

Desse modo, notou-se que a incorporação da inteligência artificial no Judiciário brasileiro representa tanto oportunidades quanto desafios significativos. Ao promover eficiência e agilidade no processamento de informações, a IA pode otimizar a atuação judicial e melhorar o acesso à justiça. Contudo, é crucial que essa tecnologia seja implementada com uma abordagem ética e transparente, garantindo que os direitos fundamentais dos cidadãos sejam protegidos e que a *accountability* dos agentes judiciários permaneça intacta.

A pesquisa revelou também que as normativas estabelecidas pelo CNJ, como a Resolução n. 332/2020, demonstram uma preocupação em alinhar a inovação tecnológica aos princípios constitucionais, estabelecendo diretrizes para o uso responsável da IA.

No entanto, a possibilidade de viés algorítmico e a necessidade de governança ética destacam a importância de um escrutínio contínuo das ferramentas automatizadas, evitando a reprodução de desigualdades e preconceitos estruturais já existentes na sociedade.

Ademais, o respeito à privacidade e à proteção de dados é um fator essencial nesse novo cenário, demandando atenção especial para que a manipulação de informações sensíveis seja realizada de forma segura e responsável. A LGPD é um passo importante nesse processo, mas a sua efetividade ainda depende de um compromisso coletivo em conscientizar e capacitar os envolvidos.

Portanto, a adoção da IA no Judiciário não deve ser vista apenas como um avanço tecnológico, mas como uma oportunidade para repensar a forma como a justiça é administrada no Brasil. Para que essa transformação ocorra de maneira benéfica e equitativa, é necessário um diálogo contínuo entre tecnologia, ética e direitos humanos, assegurando que a justiça não se torne uma "caixa-preta" inacessível, mas sim um sistema que promova a transparência, a dignidade e a igualdade para todos.

A implementação desse regulamento pode fortalecer o sistema jurídico ao incentivar uma revisão das estruturas normativas, possibilitando a criação de um marco mais robusto

para a regulação da inteligência artificial e assegurando a proteção dos direitos fundamentais. Isso exigirá que o Judiciário interprete e aplique essas novas normas, influenciando a criação de jurisprudência sobre questões relacionadas à IA.

Entretanto, essa adaptação às diretrizes do AI Act também pode gerar desafios, especialmente em termos de governança e capacitação dos profissionais do direito. O aumento na complexidade das regulamentações pode resultar em um crescimento dos litígios relacionados à aplicação da IA, à proteção de dados e aos direitos do consumidor, exigindo maior especialização e conhecimento técnico por parte dos magistrados.

As diretrizes têm o potencial de proteger os direitos fundamentais, promovendo a dignidade humana e prevenindo discriminação, mas o uso inadequado da IA pode levar a graves violações. Nesse contexto, a demanda por mecanismos de defesa dos direitos individuais pode crescer, desafiando o Judiciário a lidar com novas questões legais.

Outro ponto determinante é a responsabilidade em relação a decisões tomadas por sistemas automatizados. O Judiciário precisará estabelecer novos parâmetros para responsabilizar desenvolvedores e usuários por danos causados, o que pode resultar no aumento de ações judiciais por danos morais e materiais.

Não obstante, a implementação do AI Act requer uma atualização nos currículos dos cursos de direito e na formação continuada dos profissionais, garantindo que o Judiciário tenha especialistas capacitados para lidar com a intersecção entre tecnologia e direito. Apesar dos desafios, a adoção dessas diretrizes pode promover avanços significativos na regulamentação da inteligência artificial no Brasil, necessitando de cuidados para assegurar que o progresso se dê de forma ética e justa.

As oportunidades de aprimorar a eficiência e a equidade no sistema judiciário são promissoras, mas a responsabilidade de garantir que esses avanços não comprometam os princípios fundamentais da justiça é uma obrigação inadiável. Assim, o futuro do Judiciário deve ser moldado por uma visão holística que considere tanto a modernização dos processos quanto a preservação dos direitos e liberdades que fundamentam a democracia.

Em última análise, o objetivo deve ser garantir que a tecnologia sirva não apenas como uma ferramenta de eficiência, mas como um verdadeiro aliado na promoção da justiça social e da dignidade humana.

O reconhecimento da relevância de uma governança digital bem estruturada é fundamental para assegurar que a Inteligência Artificial possa ser uma aliada no progresso social, refletindo os valores democráticos e os direitos de todos os cidadãos. Desta forma, os resultados obtidos reforçam a necessidade de uma abordagem proativa e colaborativa na

construção de um futuro em que a tecnologia e a ética possam caminhar lado a lado.

## REFERÊNCIAS

ALVES FILHO, Francisco Canindé. As diretrizes éticas e o desenho baseado em risco adotado pela União Europeia. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v.17, n.4, p. 01-21, 2024. DOI: https://doi.org/10.55905/revconv.17n.4-238. Disponível em: https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/6522. Acesso em: 10 dez. 2024.

ATHENIENSE, Alexandre. A importância da governança digital para advocacia. In: GROSSI, Bernardo Menicucci (org.). **Lei Geral de Proteção de Dados**: Uma análise preliminar da Lei 13.709/2018 e da experiência de sua implantação no contexto empresarial [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

BARBIERI, Carlos. **Governança de dados**: práticas, conceitos e novos caminhos. Rio de Janeiro: Alta Books, 2020.

BIONI, Bruno Ricardo. **Proteção de dados pessoais**: a função e os limites do consentimento.

2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://[www.planalto.gov.br/ccivil\_03/constituicao/constituicao.htm.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 28 out. 2024.

BRASIL. **Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990**. Dispõe sobre a proteção do consumidor e

dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2022. Disponível em: https://[www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/l8078compilado.htm.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm) Acesso em: 28 out. 2024.

BRASIL. **Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://[www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/2002/l10406compilada.htm.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm) Acesso em: 28 out. 2024.

BRASIL. **Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2022. Disponível em: https://[www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm) Acesso em: 28 out. 2024.

BRASIL. **Lei n. 12.965, de 23 de abril de 2014**. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 2021.

Disponível em: https://[www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm) Acesso em: 28 out. 2024.

BRASIL. **Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, DF: Presidência da República, 2022. Disponível em: https://[www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm) Acesso em: 28 out. 2024.

CARMO, Valter Moura; GERMINARI, Jefferson Patrik; GALINDO, Fernando. The advances of the brazilian judicial system and the use of artificial intelligence: opposite or parallel ways towards the effectiveness of justice? **Revista Jurídica**, Curitiba, v. 4, n. 57, p. 249-283, 2019. DOI: [http://dx.doi.org/10.26668/revistajur.2316-753X.v4i57.3773.](http://dx.doi.org/10.26668/revistajur.2316-753X.v4i57.3773) Disponível em: https://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/3773. Acesso em: 10 dez.

2024.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. Relatório de pesquisa. **O uso da Inteligência Artificial Generativa no Poder Judiciário Brasileiro**. 2024. Disponível em: https://[www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2024/09/cnj-relatorio-de-pesquisa-iag-pj.pdf.](http://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2024/09/cnj-relatorio-de-pesquisa-iag-pj.pdf)

Acesso em: 09 nov. 2024.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. **Regulamento Inteligência Artificial (IA): Conselho dá luz verde final às primeiras regras do mundo em matéria de IA**. 21/05/2024.

Disponível em: https://[www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2024/05/21/artificial-](http://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2024/05/21/artificial-) intelligence-ai-act-council-gives-final-green-light-to-the-first-worldwide-rules-on-ai/. Acesso em: 09 nov. 2024.

DONEDA, Danilo. **Da privacidade à proteção de dados pessoais**: fundamentos da lei geral de proteção de dados. São Paulo: Thompson Reuters, 2020.

DUTRA, André Hakime. Medidas para a conformidade para uso de dados pessoais em investigações corporativas ante ao regulamento geral sobre a proteção de dados (RGPD - 2016/679). *In*: LÓSSIO, Claudio Joel Brito; NASCIMENTO, Luciano; TREMEL, Rosangela

(org.). **Cibernética jurídica**: estudo sobre o direito digital. Campina Grande: EDUEPB, 2020.

GALINDO, Fernando; CARMO, Valter Moura. ¿Libertad e Internet? **DIXI**, v. 19, n. 26, p. 73-83, maio/2017. DOI: https://doi.org/10.16925/di.v19i26.1952. Disponível em: https://revistas.ucc.edu.co/index.php/di/article/view/1952. Acesso em: 10 dez. 2024.

GARCIA, Lara Rocha; AGUILERA-FERNANDES, Edson; GONÇALVES, Rafael Augusto Moreno; PEREIRA‐BARRETTO, Marcos Ribeiro. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**: guia de implantação. São Paulo: Blucher, 2020.

GREGORIO, Alvaro. **Inovação no Judiciário**. São Paulo: Blucher Open Acess, 2020.

KAUFMAN, Dora. **Desmistificando a inteligência artificial**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

LANTYER, Victor Habib. **Entendendo o EU AI ACT**: uma nova era na regulamentação da ia na Europa. 2023. Disponível em: https://[www.migalhas.com.br/arquivos/2023/12/B6D06B89351862\_Artigo-](http://www.migalhas.com.br/arquivos/2023/12/B6D06B89351862_Artigo-) RegulamentoEuropeudeIA-.pdf. Acesso em: 09 nov. 2024.

LEONARDI, Marcel. **Tutela e privacidade na internet**. São Paulo: Saraiva, 2011.

LOPES, Isaia Lima; SANTOS, Flávia Aparecida Oliveira; PINHEIRO, Carlos Alberto Murari. **Inteligência artificial**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de direito internacional público**. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 16. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

MENENGOLA, Everton; GABARDO, Emerson; SANMIGUEL, Nancy Nelly González.

A proposta europeia de regulação da inteligência artificial. **Sequência**, Florianópolis, v. 43, n. 91, 2022. DOI: https://doi.org/10.5007/2177-7055.2022.e91435. Disponível em: https://[www.scielo.br/j/seq/a/PNj7jCR5cQGmQKykdMYsMCn/abstract/?lang=pt.](http://www.scielo.br/j/seq/a/PNj7jCR5cQGmQKykdMYsMCn/abstract/?lang=pt) Acesso em: 25 nov. 2024.

NEVES JUNIOR, Paulo Cezar. **Judiciário 5.0**: inovação, governança, usucentrismo, sustentabilidade e segurança jurídica. São Paulo: Blucher, 2020.

NOVELINO, Marcelo; CUNHA JUNIOR, Dirley da. **Constituição Federal**. Salvador: JusPODVM, 2018.

ONU Brasil. Organização das Nações Unidas. **193 países adotam o primeiro acordo global sobre a Ética da Inteligência Artificial**. 26/11/2021. Disponível em: https://brasil.un.org/pt- br/160484-193-pa%C3%ADses-adotam-o-primeiro-acordo-global-sobre-%C3%A9tica-da- intelig%C3%AAncia-artificial#:~:text=%E2%80%9CO%20mundo%20precisa%20de

%20regras,aplic%C3%A1%2Dla%20em%20seu%20n%C3%ADvel. Acesso em: 05 nov. 2024.

PIMENTEL, José Eduardo de Souza. Introdução do direito digital. **Revista jurídica ESMP- SP**, São Paulo, v.13, p. 16-39, 2018.

PINTO, Henrique Alves. A utilização da inteligência artificial no processo de tomada de decisões: por uma necessária accountability. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, a. 57, n. 225, p. 43-60 jan./mar. 2020. Disponível em:

https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/57/225/ril\_v57\_n225\_p43. Acesso em: 10 dez. 2024.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de direito constitucional**. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

REZEK, José Francisco. **Direito internacional público**: curso elementar. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

ROBI FILHO, Ilton Norberto. **Conselho Nacional de Justiça**: Estado democrático de direito e accountability. São Paulo: Saraiva, 2013.

SANTANA, Ivone. Entenda o pacto global de IA que reúne mais de 50 países. **Valor**, 11 set. 2024. Disponível em: https://valor.globo.com/empresas/noticia/2024/09/11/entenda-o-pacto- global-de-ia-que-reune-mais-de-50-paises.ghtml. Acesso em: 05 nov. 2024.

SOUSA, Zilda A. Gonçalves de; FRANCO, Igor da Silveira. Aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados ao poder público. *In*: GROSSI, Bernardo Menicucci (org.). **Lei Geral de Proteção de Dados**: Uma análise preliminar da Lei 13.709/2018 e da experiência de sua implantação no contexto empresarial [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

TAVARES, André Ramos. **Curso de direito constitucional**. 18. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

TEIXEIRA, Carla Noura. **Manual de direito internacional público e privado**. 5. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

TEIXEIRA, Tarcisio; GUERREIRO, Ruth Maria. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**: comentada artigo por artigo. 4. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022.

VARELLA, Marcelo Dias. **Direito internacional público**. 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

VIDAL, Ana Carolina; SOUSA, Marcelo Sequeira de. UE é pioneira na regulamentação de sistemas de inteligência artificial. **Jota**, 04 nov. 2024. Disponível em: https://[www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/regula-euro/ue-e-pioneira-na-regulamentacao-](http://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/regula-euro/ue-e-pioneira-na-regulamentacao-) de-sistemas-de-inteligencia-artificial. Acesso em: 09 nov. 2024.